

De artesanato a tradição: a preservação da prática da Renda  
de Bilro na Ilha de Santa Catarina

Geovana Alves da Luz

GEOVANA ALVES DA LUZ

**De artesanato a tradição: a preservação da prática da Renda  
de Bilro na Ilha de Santa Catarina**

Trabalho de Conclusão do Curso  
de Graduação em Museologia,  
apresentado à Universidade Federal  
de Santa Catarina, requisito parcial  
à obtenção do título de Bacharel  
em Museologia.

Orientadora: Luciana Silveira  
Cardoso.

Florianópolis, 2016

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Luz, Geovana Alves da  
De artesanato a tradição : a preservação da prática da  
Renda de Bilro na Ilha de Santa Catarina / Geovana Alves  
da Luz ; orientadora, Luciana Silveira Cardoso -  
Florianópolis, SC, 2016.  
124 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -  
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de  
Filosofia e Ciências Humanas. Graduação em Museologia.

Inclui referências

1. Museologia. 2. Renda de Bilro. 3. Patrimônio  
Cultural. 4. Preservação. 5. Florianópolis. I. Cardoso,  
Luciana Silveira. II. Universidade Federal de Santa  
Catarina. Graduação em Museologia. III. Título.

Geovana Alves da Luz

**DE ARTESANATO A TRADIÇÃO: A PRESERVAÇÃO DA  
PRÁTICA DA RENDA DE BILRO NA ILHA DE SANTA  
CATARINA**

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do Grau de Bacharel em Museologia, e aprovado em sua forma final pela Coordenadoria do Curso de Graduação de Museologia.

Florianópolis, julho de 2016

---

Prof<sup>ª</sup> Ms. Luciana Silveira Cardoso  
Coordenadora do Curso

**Banca Examinadora:**

---

Prof<sup>ª</sup> Ms. Luciana Silveira Cardoso  
Orientadora  
Universidade Federal de Santa Catarina

---

Dr. Prof<sup>º</sup> Rafael Victorino Devos  
Universidade Federal de Santa Catarina

---

Prof<sup>º</sup> Valdemar de Assis Lima  
Universidade Federal de Santa Catarina



*Você pode reclamar porque as rosas têm espinhos, ou pode ser grato porque os arbustos com espinho têm rosas*

*- Ziggy (Tom Wilson)*

*E, acima de tudo, observe com os olhos brilhando todo o mundo à sua volta, porque os grandes segredos sempre estão escondidos nos lugares mais improváveis. Aqueles que não acreditam em mágica nunca a encontrarão.*

*- Roald Dahl*



## AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer à turma de museologia de 2011.1 e também aos colegas das outras turmas de museologia, com quem tive o prazer de assistir as aulas e compartilhar as tardes.

Agradecer também à família, amigos e colegas.

À minha orientadora, prof<sup>a</sup> Luciana, por toda a ajuda e paciência.

À todos os professores, que nos passaram ensinamentos, que foram de extrema importância, e que sem eles, não seria possível a conclusão do curso e desse trabalho.

À Vanilde por toda a ajuda e ao MARquE, que foram importantes durante os anos em que estudei na UFSC.

Obrigada aos amigos próximos e distantes e aos que me deram forças e incentivos para ir até o fim.

À todos que contribuíram de alguma forma, direta ou indiretamente, para que fosse possível a conclusão desse trabalho.

Agradecimento à UFSC e ao CFH.



## RESUMO

O trabalho teve por objetivo estudar a renda de bilro praticada em Florianópolis e pesquisar as formas de resistência e tentativas de preservação dessa prática, relacionando-a com a questão do patrimônio cultural. Para isso é apresentado um breve histórico sobre a renda de bilro, como foi a sua chegada ao Brasil e a sua disseminação por alguns estados do país. Serão apontadas algumas mudanças pela qual a renda de bilro passou ao longo dos anos, como o ensinar e o aprender que antes era passado de mãe para filha e atualmente é passado por meio de oficinas. E serão apresentados também alguns fatores que foram importantes para a continuação dessa prática. Serão abordadas questões acerca do patrimônio cultural, assim como o Decreto Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937 e o Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, criados com o objetivo de preservar o patrimônio cultural. Por fim, será apresentada a relação da renda de bilro com o patrimônio cultural e serão apresentadas também as ações de preservação dessa prática, onde foi possível perceber que nos últimos anos houve um aumento do interesse por parte do poder público em criar ações para preservar a renda de bilro e valorizar as rendeiras.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural. Preservação. Renda de Bilro. Florianópolis.



## **ABSTRACT**

The study aimed to study the bobbin lace practiced in Florianópolis and search forms of resistance and preservation attempts this practice, linking it to the issue of cultural heritage. For this a brief history of the bobbin lace is presented, as was his arrival in Brazil and its spread by some states. They will present some changes in which the bobbin lace has over the years, as the teaching and learning that was once passed from mother to daughter and is currently passed through workshops. And they will also be presented some factors that were important to the continuation of this practice. They will address issues concerning cultural heritage, as well as Decree Law No. 25 of November 30, 1937 and Decree No. 3551 of August 4, 2000, created with the aim of preserving cultural heritage. Finally, it will be presented the ratio of bobbin lace with cultural heritage and will also be presented the preservation efforts of this practice where it is noted that in recent years there has been an increased interest by the public authorities to create actions to preserve bobbin lace and value the tenants.

**Keywords:** Cultural Heritage. Preservation. Bobbin Lace. Florianópolis.



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Instrumentos utilizados para a confecção da Renda de Bilro: almofada em tecido, pique em papelão, bilros e a renda sendo confeccionada .....	41
Figura 2 – Renda de Bilro cocada .....	44
Figura 3 – Bandeja em Renda .....	46
Figura 4 – Toalhinha em Renda .....	48
Figura 5 – Exposição Ilha Rendada .....	94
Figura 6 – Mapa da Renda de Bilro na Ilha .....	96
Figura 7 – Casarão da Lagoa.....	97
Figura 8 – Casa da Alfândega e Monumento Bilros .....	101
Figura 9 – Armazém da Renda (Box nº 78 do Mercado Público da Cidade).....	104

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ASSORI	Associação de Rendeiras da Ilha
CAISC	Casa dos Açores Ilha de Santa Catarina
CCF	Comissão Catarinense de Folclore
CFH	Centro de Filosofia e Ciências Humanas
CITUR	Companhia de Turismo e Empreendimentos de Santa Catarina
DEATUR	Departamento Autônomo de Turismo
DIRETUR	Diretoria de Turismo e Comunicação da Prefeitura Municipal de Florianópolis
DPHAN	Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
FCFCF	Fundação Cultural de Florianópolis Franklin Cascaes
FEPESE	Fundação de Pesquisas Socioeconômicas
FUCAT	Fundação Catarinense do Trabalho
GEPAS	Grupo de Estudos do Artesanato Sul
IELUSC	Associação Educacional Luterana de Santa Catarina Bom Jesus
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MARQUE	Museu de Arqueologia e Etnologia da UFSC
MINC	Ministério da Cultura
NEA	Núcleo de Estudos Açorianos
PROCART	Programa Catarinense de Desenvolvimento do Artesanato
PROMOART	Programa de Promoção ao Artesanato de Tradição Cultural
SECULT	Secretaria Municipal de Cultura
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação a Ciência e a Cultura

UFSC

Universidade Federal de Santa Catarina

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	19
CAPÍTULO 1 – “Onde há rede, há renda” .....	24
1.1 Uma breve história de que se tem conhecimento sobre a Renda de Bilro.....	24
1.2 Um breve contexto sobre a Renda de Bilro no Brasil ...	27
1.2.1 A Renda de Bilro no Nordeste .....	29
1.2.2 A Renda de Bilro no Rio de Janeiro.....	31
1.3.1 A Renda em Santa Catarina .....	33
CAPÍTULO 2 – Patrimônio Cultural .....	52
2.1 O que é patrimônio? .....	52
2.2 Patrimônio Material e o decreto lei nº 25 de 30 de novembro de 1937 .....	55
2.3 Patrimônio Imaterial e decreto nº 3.551 de 04 de agosto de 2000 .....	59
2.4 A Renda de Bilro é um patrimônio?.....	62
2.5 As memórias das comunidades .....	66
CAPÍTULO 3 – A preservação da Renda de Bilro em Florianópolis.....	80
3.1 As ações de preservação.....	80
3.1.1 As leis/decretos municipais .....	83
3.1.2 “Quem” salvaguarda .....	84
3.1.2.1 ASSORI.....	84
3.1.2.2 Doralécio Soares .....	88
3.1.2.3 MARquE.....	89
3.1.2.4 Ilha Rendada.....	91
3.2 Os locais de preservação .....	95
3.2.1 Casarão da Lagoa (Casarão das Rendeiras) .....	97
3.2.2 Largo da Alfândega e Monumento às Rendeiras (bilros no Largo da Alfândega).....	101
3.2.3 Mercado Público (Armazém da Renda) .....	103
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	107
REFERÊNCIAS .....	110
APÊNDICE A .....	119

APÊNDICE B – Roteiro para Entrevista.....	120
ANEXO A – Folder de divulgação do “Armazém da Renda” (novo espaço destinado à renda de bilro no Mercado Público de Florianópolis).....	121

## INTRODUÇÃO

“Patrimônio é tudo o que criamos, valorizamos e queremos preservar: são os monumentos e obras de arte, e também as festas, músicas e danças, os folguedos e as comidas, os saberes, fazeres e falares. Tudo enfim que produzimos com as mãos, as idéias e a fantasia”.

Cecília Londres

Segundo alguns historiadores a renda de bilro<sup>1</sup> surgiu no século XV, na Bélgica, e depois se espalhou pela Europa, principalmente Itália e França, chegando a Portugal e ao arquipélago dos Açores. A renda apareceu na Ilha de Santa Catarina por influência dos açorianos no século XVIII, os portugueses trouxeram a renda para enfeitar trajés da igreja, além de toalhas, lençóis, cortinas e peças do vestuário da nobreza. Enquanto os homens permaneciam por muito tempo pescando com redes artesanais, as mulheres se ocupavam tecendo fios em almofadas de bilro. As mulheres vendiam as rendas no mercado da cidade, ou trocavam por outros produtos, o que ajudava a reforçar o orçamento familiar. Em decorrência disso foi originado o ditado popular “onde há rede, há renda”.

São quase inexistentes os dados históricos sobre a introdução da renda no Brasil. Além disso, não existe ainda, atualmente na Ilha de Santa Catarina um cadastramento das rendeiras, o que vem a dificultar o trabalho.

A prática da Renda de Bilro é relacionada ao universo feminino e originalmente era vinculado à aristocracia. A confecção da renda surge, a partir da metade do século XX como uma alternativa de trabalho, e atualmente não serve mais como um meio de subsistência, mas mesmo assim, ainda existem muitas rendeiras que continuam a praticá-la, além de ser uma referência cultural, e como algumas rendeiras afirmam, ‘ser uma tradição’.

As meninas nascem e crescem vendo parentes e vizinhos produzindo as rendas e o aprendizado desta se inicia ainda muito cedo,

---

<sup>1</sup> Os bilros são chamados também de bilros ou birros.

geralmente a renda de bilro é ensinada pela mãe, ou pela tia, ou avó, ou ainda por alguma pessoa próxima na família, e a transmissão do saber se dá por meio de tradição oral. A produção da renda de bilro vem passando de uma geração a outra de mulheres há séculos, e obedece a critérios culturalmente definidos. É uma prática incorporada à cultura das mulheres da localidade.

A prática da renda, que antes era transmitida informalmente por familiares, atualmente é transmitida geralmente por meio de cursos, que são ministrados por rendeiras mais experientes. Nos cursos, não há textos escritos, apenas as demonstrações do fazer e as explicações orais, assim como era no passado.

A renda de bilros é produzida pela manipulação de numerosos fios, cada um deles é preso a um bilro, e a renda é trabalhada sobre uma almofada. Mas existem ainda diferentes tipos de rendas e uma variedade de modelos, confeccionados com diferentes tipos de fios e que tem uma evolução própria, porém relacionada com a expansão capitalista no litoral e a emergência de um mercado. As características técnicas e estéticas do produto foram, e ainda são atualmente influenciadas, pelas pressões econômicas. Mas, contrariando as suposições de desaparecimento, mulheres ainda se dedicam a essa atividade atualmente.

A renda de bilro é recurso nos seus diversos sentidos, pois além de proporcionar um ganho extra para as rendeiras, é resultado de uma atividade tradicional, e é ainda um recurso cultural e identitário. A renda se constitui em um signifiante dos sentidos que orientam práticas coletivas importantes no município. A pesquisa busca entender o papel da renda de bilro como um elemento mediador da construção e significação de memórias, e também na formação de identidades culturais desse grupo e desse lugar.

Atualmente percebe-se que existe a necessidade de ações de reconhecimento, além do fortalecimento de políticas públicas, voltadas para a valorização dessa prática - assim como dos detentores desta, para que seja possível a continuidade desse saber -, como por exemplo, a construção de planos de salvaguarda.

O patrimônio cultural de uma sociedade é também resultado de uma escolha que, no caso das políticas públicas tem a participação do Estado por meio de leis, instituições e políticas específicas. De acordo com o artigo nº 216 da Constituição Federal de 1988, a escolha de um patrimônio é feita a partir daquilo que as pessoas de uma sociedade consideram ser mais importante ou representativo, da sua identidade,

história e cultura. Ou seja, são os valores e significados atribuídos pelas pessoas aos objetos, lugares, ou ainda, práticas culturais que os tornam patrimônio coletivo, de uma sociedade. Segundo Brayner:

A idéia de patrimônio não está limitada apenas ao conjunto de bens materiais de uma comunidade ou população, mas também se estende a tudo aquilo que é considerado valioso pelas pessoas, mesmo que isso não tenha valor para outros grupos sociais ou valor de mercado.<sup>2</sup>

Sendo assim, tendo como referencia um objeto da cultura material, a renda de bilro, levando em conta também seu aspecto imaterial, a pesquisa busca entender como essa prática de artesanato se transformou em uma tradição na qual alguns grupos lutam pela sua preservação, além de buscar compreender o seu papel na construção do imaginário, enfocando a questão da identidade cultural assim como a questão do patrimônio cultural, em Florianópolis.

Considerando a diminuição da prática da renda de bilro na Ilha de Santa Catarina, o trabalho tem como objetivo geral apresentar atualmente, as formas de resistência e tentativas de preservação, apropriação e reivindicação de identidades, a partir de uma pesquisa realizada sobre essa prática, relacionando-a com a questão do patrimônio cultural e na formação de identidades.

Entre os objetivos específicos estão: estabelecer um diálogo entre a prática da renda e a questão do patrimônio material e imaterial; estabelecer um diálogo entre a prática da renda e a sua relevância na construção de identidades locais; analisar de que maneira uma prática, inicialmente econômica como o artesanato da renda de bilro, se consolidou em uma tradição; compreender o papel do Casarão das Rendeiras, na produção, difusão e divulgação dessa prática.

Considerando a restrita produção bibliográfica existente sobre o universo da renda de bilro, principalmente na Ilha de Santa Catarina, considero de significativa relevância a execução deste projeto.

Além de pouca bibliografia referente ao tema em Florianópolis, existe atualmente uma preocupação com o desaparecimento dessa tradição, no qual se vê que por ser parte da cultura local, deve ser

---

<sup>2</sup> BRAYNER, Natália Guerra. Patrimônio Cultural Imaterial: para saber mais. IPHAN/MinC. Brasília, agosto de 2007. 32p.

devidamente valorizada e preservada, garantindo assim uma memória cultural, de uma tradição que se acaba.

O trabalho se dará a partir de uma pesquisa da bibliografia existente sobre a renda de bilro na Ilha, e sobre a renda praticada em outros estados do Brasil, além de uma pesquisa virtual no site do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), da Prefeitura Municipal de Florianópolis, da Fundação Cultural de Santa Catarina, da Fundação Cultural de Florianópolis Franklin Cascaes e do projeto Ilha Rendada. Serão realizadas também entrevistas e conversas com rendeiras, além de visitas ao Casarão da Lagoa (Casarão das Rendeiras) e ao Museu de Arqueologia e Etnologia da UFSC (MARquE) - o qual possui um acervo de rendas, algumas da coleção Doralécio Soares e outras da coleção do Prof. Osvaldo Rodrigues Cabral.

No primeiro capítulo será abordada a história da renda de bilro, de onde surgiu, como surgiu, os primeiros países a praticá-la de que se tem notícia. Após isso, a inserção da renda de bilro no Brasil, trazida pelos portugueses, sua disseminação para o Rio de Janeiro, alguns estados do nordeste e em Santa Catarina. Sobre a renda de bilro em Santa Catarina, especificamente em Florianópolis, serão abordadas suas características, seus usos e suas mudanças ao longo dos anos.

O segundo capítulo é voltado à questão do patrimônio cultural, tanto em seu aspecto material quanto imaterial, sobre as leis existentes no Brasil que foram criadas com o objetivo de preservar e proteger esses patrimônios. Há a questão de que se a renda de bilro pode ser considerada ou não como sendo patrimônio imaterial da cidade e por fim algumas memórias de pessoas das comunidades que ainda praticam a renda nos dias de hoje.

O terceiro e último capítulo é voltado aos meios de preservação da renda na cidade, as leis existentes no município com o objetivo de preservar a prática, o que tem sido feito para que essa prática continue, os cursos, os lugares de preservação, as iniciativas por parte do poder público de continuar com essa tradição. Esse capítulo irá apresentar quem salvaguardou e salvaguarda a prática da renda, como o folclorista Doralécio Soares, a extinta ASSORI (Associação de Rendeiras da Ilha), o MARquE (Museu de Arqueologia e Etnologia da UFSC) e o projeto Ilha rendada. Irá apresentar também espaços como o Casarão da Lagoa que possui oficinas de renda de bilro, o Largo da alfândega e o monumento às rendeiras e o Armazém da Renda, que divulgam e preservam a prática da renda de bilro em Florianópolis.

Por fim, nas considerações finais é destacado o fato de que

apesar das mudanças ocorridas tanto na renda de bilro, como na cidade, e apesar também da suposição de que a renda de bilro iria desaparecer, a prática continua viva, além de estar ganhando mais visibilidade e mais espaço atualmente, continuando assim a tradição. Além de ser abordado também o fato da renda de bilro como sendo patrimônio cultural imaterial da cidade de Florianópolis.

## CAPÍTULO 1 – “Onde há rede, há renda”

### 1.1 Uma breve história de que se tem conhecimento sobre a Renda de Bilro

Muito se discute a respeito da origem da renda de bilro, uma das versões de que mais se fala é que ela surgiu em Veneza, na Itália em fins do século XV. Porém há também relatos que a renda de bilro pode ter sua origem em Flandres, na Bélgica, também no século XV. A renda espalhou-se pela Europa, difundindo-se pela França, até chegar a Portugal e Arquipélago dos Açores. Há ainda relatos de que ela tenha surgido na China ou na Índia.<sup>3</sup>

Acredita-se que do manuseio de fios e fibras surgiram os trabalhos mais “primitivos” de cestaria e tecelagem. Desses surgiram trabalhos mais complexos como o bordado, que utilizava um tecido pronto como base para uma série de enfeites elaborados utilizando tipos de técnicas e linhas variadas. Acredita-se ainda que a renda tenha se originado do bordado, mas uma das características que a torna diferente de outras modalidades do bordado é que, na renda os pontos são feitos no ar, sem um tecido como base. Os italianos a chamavam inicialmente de “punto in aere”.<sup>4</sup>

Gradualmente, com o passar do tempo, o bordado foi sendo aperfeiçoado e o tecido ou fundo, que servia de base para o trabalho, foi sendo retirado. A primeira tentativa de dar uma leveza e transparência maior aos trabalhos de agulha, foi quando começaram a introduzir nos bordados fundos claros, em tecidos como tule ou musselina. Posteriormente começaram a cortar pedaços do tecido ou fundo, entre os motivos que estavam bordados, constituíram-se assim os denominados pontos point coupé, punto tagliato ou o pano cortado, que eram características do bordado aberto. E assim, a partir desse método de cortar o tecido ou fundo que serve de base para o bordado, foi desenvolvida a técnica do desfiado.<sup>5</sup>

---

<sup>3</sup> SOARES, Doralécio. Rendas e rendeiras da Ilha de Santa Catarina. Florianópolis: FCC, 1987. 79 p.

<sup>4</sup> BONATELLI, Maria Jose. As rendas. Florianópolis: Faculdade Catarinense de Filosofia, 1956.

<sup>5</sup> BRUSSI, Júlia Dias Escobar. Da “renda roubada” à renda exportada: a produção e a comercialização da renda de bilros em dois contextos cearenses.

Na técnica do desfiado, em lugar de cortar o tecido, eram retirados fios selecionados, mantendo somente os que eram necessários para sustentar o bordado. A partir disso, várias modalidades de retiradas de fios surgiram, entre elas, as mais conhecidas no Brasil são o crivo e o labirinto. Aos poucos, os bordados foram ultrapassando o limite do tecido, surgindo assim as beiras serrilhadas<sup>6</sup>, que eram confeccionadas sem a necessidade de um tecido como fundo, ou seja, eram confeccionadas “no ar”. Desde então os bordados foram se desenvolvendo, surgindo assim a renda de bilro como é conhecida atualmente, a qual adquiriu autonomia do bordado.<sup>7</sup>

A renda de bilro, com o passar do tempo, difundiu-se por toda a Europa. As circunstâncias de centro comercial e cultural italianas favoreceram para que essa nova prática, a renda de bilro, pudesse ser difundida para além do continente Europeu, no início do século XVI. Ramos<sup>8</sup> afirma que Henrique II, por volta de 1533, fazia uso de golas de renda para ocultar uma cicatriz que possuía em seu pescoço. Ainda, segundo Fleury<sup>9</sup>, inicialmente o uso da renda era predominantemente masculino.

“A renda foi incorporada como item de diferenciação social e seu uso tornou-se indicativo de status, distinção e poder.”<sup>10</sup> A renda tornou-se moda na Europa, e não apenas a sua qualidade, mas também a quantidade de rendas que adornava uma vestimenta era relacionada diretamente à posição social de quem a estava trajando.<sup>11</sup>

Com a intenção de coibir o excesso de exibicionismo e o exagero no uso da renda, a Igreja lançou “éditos suntuários” contra seu uso. O uso da renda sofreu um decaimento durante a Revolução Francesa, por ser relacionada a questões que eram combatidas por essa Revolução,

---

2009. 145 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Antropologia Social, Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2009. p. 17

6

<sup>7</sup> Ibid, p. 18

<sup>8</sup> RAMOS apud BRUSSI, *ibid*.

<sup>9</sup> FLEURY, Catherine Arruda Ellwanger. Renda de bilros, renda da terra, renda do Ceará: a expressão artística de um povo. Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado em Artes Visuais. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2000.

<sup>10</sup> BRUSSI, *op. cit.* p. 20.

<sup>11</sup> Ibid.

como o luxo e a ostentação. Entretanto, após passar esse momento, a renda voltou a ocupar sua função de distinção social.<sup>12</sup>

Reis e nobres, rainhas e damas, sacerdotes e neófitos, todos utilizaram grandemente a renda no seu vestuário, quer exterior quer de uso interno, e o produto encareceu, tornando-se objeto de luxo para os que podiam utilizá-lo. A Revolução Francesa arrefeceu o ardor da moda, mas depois recrudescer seu uso tão forte quanto antes. Todos se sentiam embelezados com as rendas: punhos, golas, “colerettes”, “fraises”, peitinhos, blusas, vestidos inteiros enroupavam numa nebulosidade vaporosa de contos de fada, nas festas fidalgas ao som das valsas vienenses, as silhuetas delgadas das donzelas, os talhes padronizados dos cavaleiros.<sup>13</sup>

Segundo Brussi<sup>14</sup> o uso da renda inicialmente era símbolo de distinção e nobreza, mas com o passar dos anos, fazer renda veio a se tornar parte da instrução formal adequada às moças européias consideradas ‘de família’. A renda era ensinada em escolas e conventos de Portugal, Espanha, entre outros. Segundo relatos a renda desembarcou no Brasil com as mulheres portuguesas, “mas se difundiu de maneira específica”.<sup>15</sup>

Na maioria dos arquivos onde há mulheres rendeiras há a pesca como forma de subsistência do local.

As rendas de bilros tradicionais portuguesas constituem a indústria caseira das mulheres das classes pobres, geralmente da orla marítima. Em todas as povoações de pescadores fabricam-se rendas de onde o aforisma: “onde há redes, há rendas”. Essa arte é transmitida de geração em geração, entre as mulheres das classes pobres, embora tenha havido fases em que as moças da

---

<sup>12</sup> Ibid.

<sup>13</sup> MENDONÇA, 1959, apud BRUSSI, 2009, p. 20

<sup>14</sup> BRUSSI, op. cit.

<sup>15</sup> Ibid, p. 22.

alta sociedade aprenderam a fazer rendas de bilros nos conventos.<sup>16</sup>

Além da renda de bilro, outras práticas também conhecidas são a renda filé, a renda irlandesa, renda renascença, renda de agulha, entre outras que não cabe explicar neste trabalho, o qual tem como foco apenas a prática da renda de bilro. A renda de bilros é também conhecida como renda de almofada, devido à almofada que serve de suporte para a sua confecção.

## 1.2 Um breve contexto sobre a Renda de Bilro no Brasil

Segundo relatos a renda de bilro chegou ao Brasil com os portugueses (açorianos) e tinha como função enfeitar trajes e alfaias da igreja, além de toalhas, cortinas, lençóis e peças do vestuário da nobreza. A renda de bilro é praticada geralmente em regiões litorâneas.<sup>17</sup>

Segundo uma pesquisa sobre a renda de bilro no Rio de Janeiro, em 1978<sup>18</sup>, era possível encontrar a prática na região Sudeste (Rio de Janeiro); na região Sul (Santa Catarina); na região Norte (Pará); e na região do Nordeste (Alagoas, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do norte, Sergipe e Bahia).

A julgar pelos fatos históricos, presumo que na Região Sul, onde se localizaram os primeiros núcleos de colonização, alguma portuguesa se teria dado ao trabalho de ensinar a “troca dos bilros” a qualquer mestiça. E, observando-lhe a habilidade, ensinara-lhe sucessivamente os trutrus, os entremeios estreitos, os bicos, as aplicações, até chegar às rendas mais largas e mais difíceis. Daí em diante, de família em família, foi-se

---

<sup>16</sup> RAMOS, 1948, p. 31, apud ANGELO, Elis Regina Barbosa. O “saber-fazer” rendas de bilros: as ressignificações do processo na Lagoa da Conceição em Florianópolis. Fortaleza, 2013. Revista de História. v. 1. n. 1. p. 06

<sup>17</sup> BRUSSI, op. cit.

<sup>18</sup> DIVISÃO DE FOLCLORE (Rio de Janeiro). As Guardiãs da Renda: Rendeiras de Bilro no Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Iphan, 1978. p. 04

introduzindo o costume agradável de fazer renda nas horas de lazer.<sup>19</sup>

A renda de bilro era praticada predominantemente por mulheres. Brussi<sup>20</sup> sugere que a difusão da renda no Brasil, tanto geograficamente quanto socialmente, tenha se dado por vias consideradas informais, já que não se constituía como um aprendizado feminino formal (ou seja, por meio de “escolas”), sendo repassada e ensinada então por parentes, amigas e vizinhas, provavelmente no espaço de suas próprias casas.

Ao longo do processo de difusão, a renda foi aprendida por mulheres de todas as camadas sociais e, assim, teve seu uso e significado radicalmente alterados. Nesse sentido, tal conhecimento deixou de representar um elemento de status e distinção social próprio das mulheres das camadas sociais mais elevadas, sendo incorporado pelas demais mulheres e representando uma possibilidade de obtenção de renda. Dessa maneira, uma mesma atividade adquire significados e importância distintos em cada situação social na qual se apresenta.<sup>21</sup>

Desse modo, a renda que inicialmente era confeccionada por imposição social ou por lazer, foi introduzida de outro modo, e tornou-se assim necessária, não por motivos de distinção social, mas sim pelo dinheiro, tornando-se uma atividade econômica. Entretanto, o contrário também ocorreu, no qual a renda deixou de ser uma atividade necessária para a reprodução familiar, sendo praticada apenas por lazer.

Mesmo encontrando a renda de bilro em diferentes regiões do país, a prática muitas vezes sofre mudanças de um local para o outro, como nos modelos e principalmente em seus nomes.

Não é descartada a possibilidade de que a renda de bilro possa ter diferentes origens e possa ter sido introduzida em momentos históricos distintos, devido ao fato de ser encontrada em diferentes estados, e

---

<sup>19</sup> MENDONÇA, 1959, apud BRUSSI, 2009, p. 24.

<sup>20</sup> BRUSSI, op. cit.

<sup>21</sup> Ibid, p. 25.

devido também a falta de fontes escritas sobre a sua origem e a sua introdução no país.

### 1.2.1 A Renda de Bilro no Nordeste

No nordeste além da teoria de que a renda tenha chegado com os imigrantes portugueses, há também uma teoria de que possa ter sido influência holandesa, durante o século XVII. O nordeste ainda é conhecido atualmente como foco de produção da prática da renda, e o estado do Ceará é considerado o local onde há a maior representação dessa prática na região. No Ceará a prática da renda de bilro é também conhecida como “renda da terra” ou “renda do ceará”.<sup>22</sup>

No nordeste a prática da renda também é ensinada desde cedo às crianças. Segundo Brussi<sup>23</sup>, as crianças aprendiam a manusear os instrumentos inicialmente como uma brincadeira, e meninos e meninas participavam, e a medida em que cresciam, a brincadeira com a renda era abandonada. Porém, a atividade que inicialmente era praticada por meninas e meninos, adquire um aspecto de responsabilidade e obrigação para as meninas, conforme crescem. Inicialmente o recurso gerado pela produção da renda pelas meninas era administrado pela mãe e, após isso, eram destinados para custear os gastos da moça.

A renda no nordeste ao adquirir o caráter de obrigatoriedade, e quando a menina era considerada apta a prática e seu trabalho adquiria qualidade, servia para complementar a renda<sup>24</sup> de casa, servia como complemento financeiro, juntamente com a pesca e a lavagem de roupas. As rendeiras do nordeste reconhecem que a renda possuía um papel muito importante como complemento financeiro ao orçamento doméstico, algumas afirmam que os ganhos provenientes da renda eram centrais à manutenção familiar.<sup>25</sup>

Segundo Brussi<sup>26</sup> no Ceará eram encontrados dois tipos de bilros, os de pau e os de buriti. Os preferidos pelas rendeiras eram os de buriti, por serem mais leves. Porém, devido ao desmatamento, o acesso a esse material foi dificultado. Sendo os bilros de pau mais acessíveis, mais

---

<sup>22</sup> Ibid.

<sup>23</sup> Ibid.

<sup>24</sup> Nesse caso ‘renda’ refere-se a dinheiro.

<sup>25</sup> Ibid.

<sup>26</sup> Ibid.

fáceis de serem adquiridos e também mais acessíveis financeiramente.<sup>27</sup> Os bilros são utilizados sempre em pares e a quantidade de pares depende do modelo da renda. O som gerado pelos bilros na confecção da renda é tremendamente admirado e valorizado pelas rendeiras, que o consideram como uma música agradável aos ouvidos. A vida útil dos bilros é superior a dos outros instrumentos utilizados para a confecção da renda, e são muitas vezes transmitidos de geração em geração, entre as mulheres rendeiras.

O papelão com furos, ou o molde, são utilizados para determinar os pontos a serem utilizados e a sequência deles. Os principais pontos são a ‘trança’, o ‘pano aberto’, ‘pano fechado’, ‘barata’, ‘dado’ e ‘grade’. A rendeira troca os bilros de acordo com os furos traçados que estão no papelão.

Outros instrumentos também utilizados para a confecção da renda são: a almofada cilíndrica, a linha e os espinhos.

Apesar de servir como uma complementação financeira, não é apenas por esse motivo que algumas mulheres ainda confeccionam a renda de bilro, algumas rendeiras mesmo não tendo necessidades financeiras, continuam a praticar a renda como uma forma de fazer exercício, como uma forma de “ocupar” a mente, como lazer, entretenimento e por gostarem de fazer renda.

Dessa maneira, a renda de bilro é uma atividade ambígua, difícil de classificar e definir. Ao mesmo tempo em que é produtiva, uma vez que contribui com o orçamento doméstico, por outro, representa um divertimento, uma distração extremamente valorizada enquanto tal. Podemos pensar na produção da renda de bilro como uma ocupação que se localiza entre o trabalho (no sentido de “ocupação produtiva”), a ajuda (“complemento”) e o lazer (“entretenimento”).<sup>28</sup>

Uma das mudanças ocorridas no fazer renda de bilro no nordeste foi conhecida como “renda roubada”, nela a peça da renda era

---

<sup>27</sup> Ibid.

<sup>28</sup> Ibid, p. 43.

simplificada, com pontos mais abertos. Desse modo, o gasto com a linha diminuía e o tempo para a produção de uma peça também.<sup>29</sup>

Várias razões contribuíram para a gradativa diminuição do ensinar e do aprender a renda de bilro. Como a menor participação no auxílio ao orçamento doméstico dos membros mais jovens da família; o baixo retorno financeiro pelo trabalho da renda; a sua desvalorização; e também algumas rendeiras têm receio de que as filhas abandonem os estudos por causa da renda. Vê-se assim nessa região, um declínio na atividade de fazer renda de bilro.

### **1.2.2 A Renda de Bilro no Rio de Janeiro**

Há relatos de que a renda de bilro foi introduzida no Rio de Janeiro pelos portugueses e posteriormente foi trazida ao estado por mulheres nordestinas. A renda já foi considerada a principal atividade exercida pelas mulheres em algumas cidades do Rio de Janeiro, onde era encontrada essa prática. As mulheres faziam a renda como uma complementação financeira.<sup>30</sup>

No Rio de Janeiro eram encontradas quatro formas diferentes de almofadas. Existia a almofada de cavalete, que era um travesseiro costurado e fixado em um cavalete de madeira; uma almofada redonda, achatada nas duas extremidades, semelhante a um travesseiro, conhecida em algumas regiões como “rolo”; existia uma almofada criada por uma única rendeira, a almofada de conservatória, tratava-se de uma caixa de madeira, acolchoada, forrada e fechada na frente por uma tampa, na parte superior era encaixado um cilindro onde o pique era preso\*; e também a almofada cilíndrica, que geralmente fica apoiada em um caixote de madeira com quatro pés, e a altura dos pés é calculada de modo que a rendeira possa confeccionar a renda sentada em um banco, e as almofadas menores podem ser apoiadas também em uma caixa de sapato em cima da mesa.

Os materiais que utilizavam para fazer o enchimento da almofada eram a palha de milho, palha de caixa de remédio, paina, algodão cru, capim colchão, e o mais comum era a palha de bananeira.

---

<sup>29</sup> Ibid.

<sup>30</sup> DIVISÃO DE FOLCLORE (Rio de Janeiro). As Guardiãs da Renda: Rendeiras de Bilro no Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Iphan, 1978.

Os bilros eram confeccionados por parentes, pelas próprias rendeiras ou ainda por membros da comunidade que os vendiam, os bilros mediam de 10 a 20cm. As madeiras mais usadas eram: jenipapo, laranjeira, coração-de-boi, tinguauçuba, tabatinga, gabiropa, bapoana, pitanga, louro, goiabeira, jequiá, jacarandá, entre outras.

O pique é o molde da renda, onde é furado o desenho ou padrão da renda. É o pique que determina o modelo da renda e a quantidade de bilros necessários para a sua confecção. Nos furos do pique são fixados os pontos da renda, com os alfinetes. Os piques são feitos com papelão de caixa de sapato, ou outras caixas de papelão, algumas rendeiras compram papelão em metro, na papelaria. O tamanho do pique varia de acordo com o modelo e o tamanho da renda a ser feito. Os piques são presos com alfinetes ou espinhos na almofada.

No Rio de Janeiro os piques eram passados de geração em geração e não era comum criarem novos modelos ou desenhos de rendas. A renda branca era a mais apreciada e a mais comum, pode ser pelo costume, tradição ou também porque não prejudica a visão como as coloridas.

Os modelos de renda de bilro são a renda em metro, renda em quadros, aplicações, e palas. Os nomes das rendas geralmente são nomes de animais, objetos, vegetais, etc. Há três espécies de pontos: ponto inteiro ou trocada inteira; meio ponto ou meia trocada; e bolinha ou baratinha.

As meninas aprendiam a fazer renda entre 6 e 12 anos, geralmente com familiares, com a mãe, avó, irmã mais velha e em alguns casos com outra rendeira da região que era paga para ensinar a prática às meninas.

Começaram a aprender porque achavam bonito ("gostava daqueles bilros batendo"), ou porque suas mães faziam ou, então, porque era uma das poucas ocupações possíveis, na época, para mulheres. Ganhavam o "bastante para se vestir" e completavam o orçamento da casa com outras atividades como lavar e passar roupa, cortar lenha, salgar peixe, costurar, socar milho, apanhar água, trabalhar na lavoura.<sup>31</sup>

A renda servia como complementação financeira, com o dinheiro adquirido pela confecção da renda, muitas vezes a mulher comprava

---

<sup>31</sup> Ibid, p. 26

roupas e sapatos para si. A prática era executada nas horas de folga, antes ou depois de as mulheres terminarem as ‘lides domésticas’<sup>32</sup>.

Atualmente a maioria das mulheres não quer mais aprender a fazer renda, porque não é um trabalho valorizado, gera pouco retorno financeiro e algumas rendeiras afirmam ainda que “as moças de hoje não têm paciência”<sup>33</sup>, também é um trabalho difícil e demorado que demanda muito tempo para ser feito. Além disso, as oportunidades de emprego aumentaram, fazendo com que as mulheres possam ganhar mais do que ganhavam com a renda. E, conseqüentemente, muitas mulheres deixam de fazer renda, pois começam a trabalhar fora de casa e deixam de ter tempo para a prática. Um dos fatores que também cooperou para a desvalorização da renda de bilro, foi a concorrência com a renda industrializada, que eram mais baratas e mais fáceis de serem adquiridas. "Hoje, o artesanato das rendas, embora valorizado como fato cultural tradicional, tende ao desaparecimento”<sup>34</sup>

Em uma pesquisa realizada em 1978<sup>35</sup>, foi constatado que em algumas cidades do Rio de Janeiro, apenas uma mulher ainda praticava a renda de bilro. E segundo a mesma pesquisa foram encontrados no Rio de Janeiro, alguns homens que faziam renda de bilro e as vendiam.

### **1.3.1 A Renda em Santa Catarina**

Segundo Beck<sup>36</sup>, em 1673 foi iniciado o povoamento da ilha com a chegada e o desembarque oficial dos primeiros bandeirantes vicentistas que eram comandados por Francisco Dias Velho. A tentativa de colonização pelos vicentistas foi fracassada, e as dificuldades encontradas levaram a necessidade de novos colonizadores.

Os primeiros imigrantes açorianos desembarcaram no Brasil em 1748 e 1749, eles vieram em busca de melhores condições de vida e se instalaram na Vila do Desterro e em seus arredores (atual região central de Florianópolis). Acredita-se que foi com a chegada dos açorianos que

---

<sup>32</sup> Lides domesticas seriam os afazeres de casa, como varrer, passar pano, lavar a louça, etc.

<sup>33</sup> Ibid, p. 26

<sup>34</sup> Ibid, p. 32

<sup>35</sup> Ibid.

<sup>36</sup> BECK, Anamaria, et al. Trabalho limpo: a renda de bilro e a reprodução familiar. Florianópolis: UFSC, Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Extensão, 1983. 30p. (Anhatomirim, 4).

a renda de bilro foi introduzida na Ilha de Florianópolis. Porém os açorianos também encontraram dificuldades e, em consequência disso, tiveram que re-editar costumes que caracterizavam sua cultura, como uma forma de garantir a sua sobrevivência. E como resultado das condições sociais, geográficas e históricas, vários usos e costumes foram alterados, assim como a gastronomia, vestuário, habitação, atividade econômica, tradição e folclore.<sup>37</sup>

Com a distribuição dos “sítios” pelo interior da Ilha, foram sendo fundadas as “freguesias”: inicialmente, no ano de 1750, surgiram as freguesias de Nossa Senhora da Conceição da Lagoa e outras duas no continente. No ano de 1752 foi construída a freguesia de Nossa Senhora das Necessidades e Santo Antônio (atualmente Santo Antônio de Lisboa), a qual teve grande importância política até o início do presente século, devido à sua localização geográfica e ao porto que servia para o escoamento da produção local e vizinha à região urbana, isto é, à Vila do Desterro.<sup>38</sup>

A agricultura que predominava no estado de Santa Catarina, apesar de ainda manter-se, se altera no final do século XIX e início do século XX por causa de alguns fatores. Entre esses fatores estão a introdução da energia elétrica; o processo de industrialização do fumo e do aço; a utilização do carvão mineral; a fabricação de laticínios (que eram exportados para vários outros estados brasileiros); e o desenvolvimento da indústria têxtil.<sup>39</sup>

No século XX, especificamente com relação a Florianópolis, alguns fatores foram essenciais para promover algumas das características encontradas atualmente: um desses fatores foi a inauguração da ponte Hercílio Luz, em 1926, que estabeleceu a ligação

---

<sup>37</sup> ZANELLA, Andréa Vieira; BALBINOT, Gabriela; PEREIRA, Renata Susan. Re-criar a (na) Renda de Bilro: Analisando a Nova Trama Tecida. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, Porto Alegre, v. 3, n. 13, p.539-547, ago. 2000.

<sup>38</sup> ZANELLA, Andrea Vieira. O ensinar e o aprender a fazer renda de bilro : estudo sobre a apropriação da atividade na perspectiva historico-cultural. 1997. 160f. Tese (Doutorado) - Pontificia Universidade Catolica de São Paulo. p. 15

<sup>39</sup> Ibid.

entre a Ilha e o continente. Conseqüentemente houve o aumento da comunicação e o estabelecimento do município enquanto pólo administrativo integrador do Estado, porém, houve também o desaparecimento do tráfego de lanchas e balsas pelo canal, os quais eram formas de economia local.<sup>40</sup>

Apesar de precárias, a construção das primeiras estradas que interligavam o interior da ilha à parte urbana, facilitou o contato das comunidades rurais com a população do restante da cidade, concedendo formas alternativas para transportar os produtos agrícolas e os produtos da pesca ao centro consumidor, que antes eram transportados apenas em barcos pequenos a remo.

O desenvolvimento da indústria turística ocorreu no início dos anos 70, e com ele, vieram mudanças consideráveis para o município e para a atividade da renda de bilro. Porém, além de possibilitar o incremento da economia da ilha, também conseqüentemente gerou um aumento da população sem planejamento prévio, tendo como resultados a deterioração do patrimônio natural, a alteração da cultura local e na transformação de antigas comunidades agrícolas e pesqueiras em balneários.<sup>41</sup>

A Ilha de Santa Catarina caracterizou-se, desde a sua fundação e após o estabelecimento das “freguesias” no interior da ilha, pela constituição de grupos populacionais com formas de vida bastante diferenciadas: por um lado, a população urbana, cujas atividades predominantes eram o comércio e as funções burocrático-administrativas; por outro, as comunidades do interior, campesinas, organizadas em pequenas propriedades, marcadas por tradições culturais, por uma forte religiosidade e pela mitologia, onde as bruxas e lobisomens eram personagens centrais [...].<sup>42</sup>

As comunidades de descendentes dos açorianos que colonizaram a ilha desenvolviam até a chegada da indústria do turismo, enquanto atividade de subsistência, a agricultura, e era utilizada mão de obra

---

<sup>40</sup> Ibid.

<sup>41</sup> Ibid.

<sup>42</sup> Ibid, p. 19

familiar para tal. Eram somadas à agricultura, a pesca enquanto atividade complementar, e as atividades artesanais, executadas principalmente pelas mulheres, através da confecção da renda de bilro, enquanto trabalho acessório.<sup>43</sup> Outras atividades artesanais eram somadas a renda, como as redes de pesca, as canoas de guarapuvu, e os trançados em fibra vegetal, herdadas dos açorianos e dos carijós.

O sistema de trocas e, posteriormente, a inserção em uma economia monetizada, “...onde o cálculo econômico já não é mais feito no sentido de produzir a subsistência, mas no sentido do consumo, ao qual o camponês só pode chegar, quando se torna parte do sistema, ao qual vende a sua força de trabalho” (Beck, 1982, p. 15), engendrou uma alteração no contexto do trabalho desenvolvido por essa população: o produto excedente da pesca – o que não era consumido pelo camponês e sua família – passou, gradativamente, a substituir a agricultura enquanto atividade predominante, devido a sua fácil comercialização. Para tanto, somam-se outros fatores, como o empobrecimento do solo e as pequenas propriedades.<sup>44</sup>

Desse modo, os descendentes dos imigrantes açorianos que colonizaram a Ilha, passaram da agricultura à pesca, que inicialmente era artesanal, e em consequência do desenvolvimento das atividades turísticas e da degradação das reservas pesqueiras naturais, passou ao trabalho assalariado. Em decorrência da procura do trabalho assalariado, ocorre o abandono da terra e a migração para a cidade, além disso, ocorre também a procura pela escolarização, que se torna uma necessidade, tornando-se insuficiente o que era oferecido nas comunidades isoladas (as quatro primeiras séries do 1º grau).

Segundo registros a produção da renda de bilro que foi muito difundida em Florianópolis nos séculos XVIII e XIX passou por alguns

---

<sup>43</sup> BECK, Anamaria, et al. Trabalho limpo: a renda de bilro e a reprodução familiar. Florianópolis: UFSC, Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Extensão, 1983. 30p. (Anatomirim, 4).

<sup>44</sup> ZANELLA, op. cit. p. 21.

períodos de crise que ameaçaram a continuidade da tradição, correndo o risco do desaparecimento.

O surgimento das rendas industrializadas e a entrada de outros rendados no mercado local, ofertando produtos mais baratos, contribuíram para a retração da atividade no século 20. Além desses fatores havia também o desinteresse de mulheres mais jovens em seguir o ofício, atraídas por profissões "mais lucrativas" vinculadas a outros setores.<sup>45</sup>

Os homens fabricavam tarrafas e redes de pesca que asseguravam a sobrevivência da família e as mulheres, no tempo livre confeccionavam em suas almofadas as rendas que serviam para enfeitar a casa e o enxoval das moças. Em todos os lugares onde se praticam a renda de bilro, há também a pescaria. Foi assim que a renda de bilro, uma tradição que era repassada de mãe para filha, contribuiu para a origem do ditado popular: “onde há rede, há renda”.<sup>46</sup>

Na antiga Desterro (atual Florianópolis, capital do estado de Santa Catarina), a técnica de tramar os fios foi integrada à rotina dos açorianos, que encontraram na agricultura, no artesanato e na pesca as principais fontes de subsistência. Enquanto os homens passavam longos períodos no mar, em busca dos peixes que abasteciam o mercado local, as mulheres cuidavam dos afazeres domésticos e vendiam ou trocavam seus produtos nos armazéns da cidade para ajudar no sustento familiar.<sup>47</sup>

Assim como a renda, a pesca artesanal também está diminuindo. Assim como não há mais rendeiras que vivem exclusivamente da venda da renda de bilro, também praticamente inexistem na ilha, pescadores que sobrevivem apenas da pesca artesanal.

---

<sup>45</sup> Anexo A

<sup>46</sup> Ibid.

<sup>47</sup> Ibid.

A prática da renda de bilro foi introduzida no contexto econômico da cidade de Florianópolis, enquanto atividade artesanal que, por meio das mulheres, complementava o orçamento doméstico, em meados do século XX. Se houve momentos no século XX em que a renda de bilro foi valorizada, devido a sua importância econômica ou cultural, no século XVIII, durante a colonização açoriana na Ilha, a prática foi quase abandonada. As produções de cestaria e de tecido foram predominantes, no que se refere às atividades artesanais, porque provavelmente esses produtos se inseriam como mercadorias, no sistema de trocas, gerando valores. A renda era utilizada nessa época no âmbito doméstico e principalmente na ornamentação de casas e igrejas. Segundo Beck (1983), a sua confecção era considerada um entretenimento, juntamente com o bordado, a leitura e a música.

Na primeira metade do século XX, com a chegada do turismo, a renda de bilro voltou a ser um fator importante, e passou a ser economicamente valorizada. Uma situação incomum pode ser constatada, se a renda correu o risco de desaparecer, no princípio, devido ao acesso a produtos manufaturados por meio do contato das comunidades do interior com o urbano – pois desde o século XVIII, no início do processo de industrialização, as rendas industrializadas já eram produzidas e eram também mais baratas – ela acabou sendo valorizada em razão do interesse folclórico que despertava nos turistas que transitavam pela ilha durante o verão. Desse modo a renda assumiu um papel importante na divulgação do artesanato catarinense.

Essas diferenças em relação à valoração econômica da renda de bilro em determinadas épocas da história da colonização açoriana em Florianópolis engendraram, por sua vez, diferenças no ensinar e no aprender a fazer renda. Enquanto atividade produtora de mercadorias para uso restrito no âmbito doméstico, o ensinar e o aprender a renda eram marcados pela característica do entretenimento e da constituição do gênero feminino, na medida em que o fazer renda possibilitava à moça confeccionar peças para o seu enxoval.<sup>48</sup>

---

<sup>48</sup> ZANELLA, op. cit. p. 30.

A aprendizagem da renda se iniciava cedo, as meninas eram inseridas na atividade quando tinham cerca de 6 ou 7 anos, e esse aprendizado poderia se estender até os 10 ou 12 anos. Geralmente a menina era ensinada pela mãe, por algum outro familiar, como a avó, tia ou irmã. Segundo Beck<sup>49</sup>, quando a mãe não fazia renda ou não tinha paciência para ensinar, e quando não havia nenhum familiar que pudesse ensinar, costumavam pagar uma vizinha ou alguém que estava disposta a fazer isso.

O período de iniciação na renda marcava o que era considerado como o fim da infância, pois a menina deixava as brincadeiras de lado e adquiria a obrigação de um treinamento que ocupava várias horas do seu dia.

[...] é possível identificarmos diferenças quanto ao significado da atividade de confecção da renda: para os turistas, consumidores, essa atividade apresenta um valor cultural, artístico, folclórico; para as rendeiras, no entanto, a significação é outra: essa é uma atividade econômica, uma atividade que lhes possibilita complementar a renda familiar. À renda-arte-objeto-de-consumo-enfeite contrapõe-se, pois a *renda como fonte de renda*.<sup>50</sup>

Zanella<sup>51</sup> considerava que, como a atividade da renda de bilro era desenvolvida diariamente, com regularidade e somava-se às atividades domésticas, poderia ser considerada como trabalho não formal. Afirmava ainda que a atividade da renda poderia ser caracterizada como trabalho informal sob a forma de atividade artesanal.

Instrumentos necessários para a produção da renda de bilro:

Os bilros - São instrumentos fundamentais na arte do rendar, tanto é que a renda leva seu nome, possui aproximadamente 13 centímetros de comprimento, é feito de madeira e é uma espécie de bobina onde a linha de algodão utilizada para a confecção da renda é enrolada. Os bilros são manuseados em pares e o bater dos bilros produz

---

<sup>49</sup> BECK, op. cit. p.

<sup>50</sup> ZANELLA, op. cit. p. 30

<sup>51</sup> Ibid.

um som peculiar, considerado pelas rendeiras "essencial" e também admirado por elas. Os bilros antigamente eram feitos pelos próprios familiares, geralmente homens, e eram passados de mãe para filha, hoje em dias os bilros podem ser comprados.

Os bilros são os instrumentos de trabalho que materializam, de uma forma bastante marcante, as tradições dessa atividade centenária. Geralmente confeccionados pelos familiares das rendeiras – vemos aí a participação dos homens – muitos deles são herdados das mães e avós e sua história é relatada com orgulho [...].<sup>52</sup>

O caixote (também conhecido como “suporte”, “cavalete” ou “cangalha”) - Antigamente as rendeiras costumavam sentar-se no chão para fazer a renda e apoiavam a almofada nas pernas ou sobre caixotes de frutas vazios. Atualmente as rendeiras colocam a almofada sobre caixotes com pés fixos ou cavaletes móveis de madeira, com uma altura adequada para que seja possível trabalhar sentadas em cadeiras.

A almofada - As rendas na ilha são feitas sobre uma almofada em formato cilíndrico e com tecido de algodão, formando um saco. As almofadas são preenchidas com capim colchão, barba de velho, serragem ou palha de bananeira. Geralmente as rendeiras confeccionam sua própria almofada. O tamanho da almofada é variado.

O pique - É o molde ou gabarito da renda que irá ser confeccionada. O pique atualmente é feito com papelão grosso comprado em papelarias, ou são aproveitadas caixas de papelão vazias. O papelão é perfurado com uma agulha, marcando assim o modelo ou desenho da renda que será confeccionada. O pique é preso à almofada com alfinetes, ele assegura a variedade de formas, tamanhos e desenhos das rendas. Nas perfurações feitas com a agulha no pique é que a rendeira coloca os alfinetes, na medida em que a renda é confeccionada através das laçadas da linha.

Outros instrumentos também são utilizados, como o alfinete, a linha de algodão, agulha e tesoura.

Desses instrumentos surge a renda de bilro, com os bilros sendo manuseados aos pares, de um lado para o outro, as rendeiras entrelaçam as linhas e formam os desenhos que estão no pique sobre a almofada. O

---

<sup>52</sup> Ibid, p. 35

trabalho de fazer a renda de bilro é delicado e demorado, uma peça leva vários dias, ou até meses para ser concluída. Dentre as peças confeccionadas estão: toalhas, trilhos de mesa, guardanapos ou rendas em metro para enfeitar bordas de tecidos, de toalhas ou roupas.

Os tipos de renda mais conhecidos, produzidos na ilha são as rendas 'maria morena', 'tradicional', 'céu estrelado', 'cocada', 'margarida', e 'tramoia' (a única confeccionada com apenas sete pares de bilros). A tramoia é mais comum no sul da ilha (Ribeirão da Ilha, Armação e Pântano do Sul) e na Lagoa da Conceição, e é a única renda tecida com apenas sete pares de bilros, também conhecida como renda de sete pares.



**Figura 1 – Instrumentos utilizados para a confecção da Renda de Bilro: almofada em tecido, pique em papelão, bilros e a renda sendo confeccionada**<sup>53</sup>

O ritmo de produção da renda de bilro é determinado pelas próprias rendeiras. Porém, esse é considerado por elas como um dos aspectos mais sacrificantes da confecção da renda, pois a rendeira precisa de várias horas de trabalho, sentada em frente à almofada para conseguir produzir uma peça. Desse modo a atividade tornava-se penosa e pouco rentável. Muitas rendeiras se queixavam de dores nas costas e

<sup>53</sup> Foto de Geovana Alves da Luz

do excesso de tempo que tinham que dedicar, para nem sempre terem um retorno financeiro, ou este ser muito pequeno. Outro fato também é que com o passar do tempo, as rendeiras começam a ter problemas de visão, muitas vezes dificultando a confecção da renda.

As rendeiras da Ilha utilizaram a simplificação dos modelos de renda (retirando alguns pontos que eram considerados trabalhosos e mais demorados) visando à diminuição dos custos e o aumento da produção, podendo assim atender as exigências do mercado, na sociedade capitalista. Inseriram modificações tanto estéticas, quanto técnicas na confecção da renda, desse modo, ocorreram modificações também no processo de aprender e ensinar a atividade. Como o trabalho se tornou menos detalhado, tornou-se também mais simples, sendo assim, o aprender e o ensinar também ficaram mais simples, o que possibilitava inserir as meninas mais rápido no mundo do trabalho. Outra mudança foi a substituição da linha fina (utilizada antigamente), por uma linha mais grossa, e também a introdução de linhas coloridas (antigamente a linha mais utilizada era a linha branca), isso contribuiu para a diminuição do tempo que era dedicado a confecção da renda. A introdução de linhas com cores fortes serviam para escamotear os defeitos da renda, resultantes do processo de confecção mais veloz, segundo Beck.<sup>54</sup>

Um dos fatores considerados para determinar a qualidade da renda, é a firmeza do ponto, resultando na firmeza da peça, quando os pontos ficam frouxos, a renda é considerada de baixa qualidade. Outro fator também muito considerado pelas rendeiras, é o som do bater dos bilros, considerado como música por elas.

O movimento de expansão urbana pelo interior da Ilha gerou um processo de modificação na renda. Uma dessas modificações, foi o desaparecimento de alguns modelos de rendas que eram complexos e levavam muito tempo para a confecção (\*renda antiga) e o aparecimento de piques com modelos novos, influenciados pelas necessidades do mercado (\*renda nova). Com esse processo, os piques antigos foram desaparecendo, e conseqüentemente as rendas antigas foram deixando de serem feitas.

---

<sup>54</sup> BECK, op. cit.

Zanella<sup>55</sup> afirma que as transformações sofridas pelos modelos da renda, foram consequências das características do sistema capitalista de produção. A renda cheia de detalhes e bem feita, possuía uma vida útil muito grande e demandava para a sua confecção muito tempo. Em decorrência, a redução do tempo de trabalho dedicado para a confecção da renda, implica na diminuição da qualidade do produto, e constitui-se assim como um meio de manutenção desse capital. É importante salientar que no sistema capitalista, não é interessante que uma mercadoria tenha uma extensa vida útil, pois é principalmente o tempo de vida útil reduzido que assegura a necessidade da continuidade da produção, com a intenção de manter a demanda.

Segundo Beck<sup>56</sup>, em Florianópolis há dois tipos de artesãs referente às rendas: as que a autora denomina como “fazedoiras”, que são as que confeccionam a renda; e as que ela denomina como “compradeiras”, que apenas comercializam a renda e que raramente a confeccionam, essas exercem o papel de intermediárias, elas compram as rendas das “fazedoiras” para comercializarem. E existem também as que confeccionam e vendem elas próprias as suas peças.

Algumas rendeiras acreditam que é importante o papel da intermediária<sup>57</sup> para facilitar a venda de suas peças, porém outras acreditam que saem prejudicadas, pois muitas vezes a intermediária compra a renda por um preço baixo e depois revende por um preço bem mais alto.

Para as rendeiras, a confecção da renda muitas vezes é considerada como um trabalho, e de modo geral, trabalho penoso, desgastante e que não é valorizado, sendo assim, pouco rentável. Desse modo, todas as rendeiras (tanto as “fazedoiras” como as “compradeiras” ou intermediárias) eram submetidas a um processo de espoliação, em maior ou menor grau. Em consequência disso, pode-se afirmar que a renda nem sempre gera renda, ou seja, nem sempre contribui de maneira significativa para a sobrevivência das rendeiras e das suas famílias.<sup>58</sup>

---

<sup>55</sup> ZANELLA, op. cit.

<sup>56</sup> BECK, op. cit.

<sup>57</sup> Intermediárias seriam as mulheres que compram a renda para revender, seriam as mulheres que Beck chama de “compradeiras”

<sup>58</sup> Ibid.

... grande parte da produção artesanal resulta do trabalho das mulheres, havendo algumas formas de produção artesanal que são exclusivamente femininas. Tal é o caso, por exemplo, da confecção da renda que, sob qualquer técnica, é produzida pelas mulheres, em todo o Brasil.<sup>59</sup>

Segundo Beck<sup>60</sup>, a prática da renda de bilro era exclusivamente feminina, e era definida ainda como identificadora da identidade da mulher ou como uma questão de gênero. Porém, atualmente é possível encontrar alguns homens que fazem a renda ou ainda encontrar pessoas que conheciam homens que faziam renda.



**Figura 2 – Renda de Bilro cocada<sup>61</sup>**

Antigamente, a mulher assumia um papel importante na economia da casa, apenas em situações críticas, como quando o “chefe” de família adoecia, ou por uma má pescaria, ou ainda em momentos de desestruturação familiar, decorrente do falecimento do homem que sustentava a casa. A mulher, então ficava com a responsabilidade de

---

<sup>59</sup> Ibid, p. 9

<sup>60</sup> Ibid.

<sup>61</sup> Foto de Geovana Alves da Luz

sustentar financeiramente a família, em consequência disso, a renda de bilro deixava de ser um trabalho acessório e passava a ser considerada a atividade principal para a obtenção de renda (dinheiro).<sup>62</sup>

A produção da renda-de-bilro obedece a critérios culturalmente definidos e que tradicionalmente, vem passando de uma a outra geração de mulheres. A partir do trânsito, isto é, quando a renda de bilro deixou de ter, apenas valor de uso para ser comercializada, sua transmissão de mãe a filha se tornou um dos momentos importantes na socialização da mulher. Como se poderá observar, o papel da mulher no grupo familiar continuará sendo o de garantir a reprodução biológica e social da família.<sup>63</sup>

Referente ao trabalho, algumas rendeiras que sobrevivem a diminuição da prática da renda possuem várias características em comum com as de suas antepassadas açorianas. Para essas mulheres, as atividades eram limitadas ao quintal e ao espaço da casa e a renda era considerada como dupla jornada de trabalho. As mulheres sentavam-se em frente às suas almofadas apenas depois de concluírem as atividades domésticas (varrer, lavar, passar, limpar, cuidar da horta e de animais de pequeno porte, cuidar dos filhos). Dedicavam suas horas de lazer e folga para confeccionar a renda. As mulheres muitas vezes abandonavam a atividade, pois começavam a trabalhar fora de casa e, em decorrência disso e das atividades domésticas, não tinham tempo livre para a renda.<sup>64</sup>

O fato da atividade de confecção da renda de bilro ser desenvolvida prioritariamente no âmbito doméstico faz com que a mesma, por sua vez, seja vista como atividade, além de feminina, complementar à do marido: ao homem cabe o provento do lar e à mulher a manutenção da casa, a criação dos filhos e, eventualmente, algum trabalho que lhe possibilite ganho para os seus

---

<sup>62</sup> ZANELLA, op. cit.

<sup>63</sup> BECK, op. cit. p. 16.

<sup>64</sup> Ibid.

gastos pessoais. Por trás dessas questões está a representação do trabalho feminino em nossa sociedade [...].<sup>65</sup>



**Figura 3 – Bandeja em Renda<sup>66</sup>**

Ao homem, responsável pela produção e comercialização, era destinado o espaço da roça e da pesca, ou seja, eram espaços considerados socialmente como masculinos. À mulher era destinado o espaço da casa, as atividades domésticas. Ou seja, enquanto que ao homem cabia o espaço público, a mulher cabia ao espaço privado.<sup>67</sup> A renda proporcionou à mulher, a possibilidade de se inserir em uma economia de mercado, sem sair de casa. Porém a instabilidade da renda enquanto fonte de renda (dinheiro) impeliu a mulher rendeira a sair do espaço de casa, em busca de um trabalho ‘assalariado’, em que possibilitasse a ela uma geração de ganho maior e “garantido”. Como consequência disso, o processo de aprender e ensinar a renda também foi sendo modificado, a atividade que antes era obrigatória e estava presente na maioria das famílias descendentes de açorianos na Ilha, com a busca de trabalhos fora de casa, e de outras fontes geradoras de renda,

---

<sup>65</sup> ZANELLA, op. cit. p. 46.

<sup>66</sup> Foto por Geovana Alves da Luz

<sup>67</sup> BECK, op. cit.

passou a ser deixado de lado, passou a ser secundário. Com isso, surgiram outras necessidades, como por exemplo, a escolarização. Isso fez com que mesmo as mulheres rendeiras mais velhas, tivessem que se adequar a essas mudanças.

O turismo, por volta de 1997, apesar de incrementar a volta da renda como atividade econômica, não possibilitou que ela se consolidasse. As explicações das rendeiras para essa situação eram: o povo não dava valor, o preço da linha era muito caro, não era possível sobreviver apenas com o dinheiro da renda, não rendia o mesmo lucro que já rendeu um dia. E a explicação das rendeiras para o motivo de algumas ainda fazerem a renda era: não ter mais o que fazer, ou não ter outra coisa com que trabalhar, ou também como uma forma de passar o tempo e também porque gostavam de fazer renda.<sup>68</sup>

A renda apesar de sua importância cultural, é considerada como fadada a desaparecer. Praticada geralmente por mulheres de classes sociais mais baixas, a renda veio sendo abandonada por nem sempre ser uma atividade geradora de renda (dinheiro). São apontadas como desvantagens a difícil comercialização, o desequilíbrio entre custo e benefício e o baixo preço alcançado pelo produto.

Não sei, eu acho que a renda vai terminar. Eu acho que daqui uns anos não tem mais, porque além de dar pouco lucro, agora eles também vendem essas rendas de fábrica. São renda assim, que dá menos trabalho, já é prontinho, então o pessoal já vai gostando e vai comprando. E essas meninas novas não querem aprender a fazer renda. Então as pessoas mais velhas vão morrendo e a renda vai desaparecer.<sup>69</sup>

A prática da renda de bilro parece que está destinada ao desaparecimento na medida em que, sendo trabalho quase que exclusivamente feminino, as rendeiras tradicionais, ao falecerem, não encontram o interesse de dar continuidade a essa atividade, por parte de suas filhas e netas. Outro fator que também contribui para esse desaparecimento é a expansão imobiliária impulsionada pelo turismo.

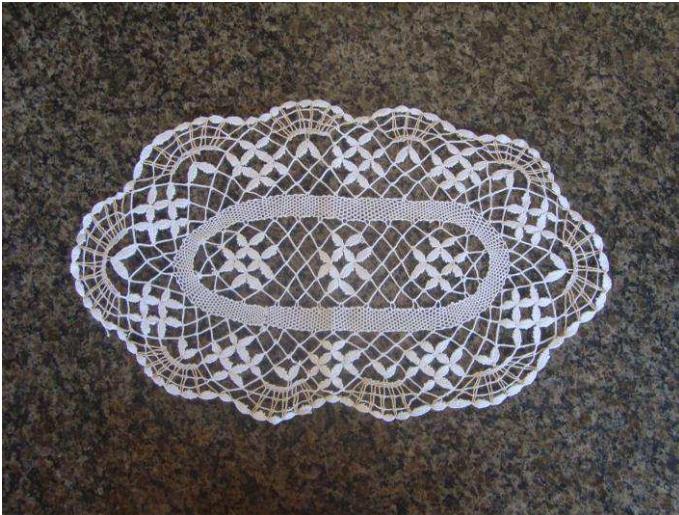
---

<sup>68</sup> ZANELLA, op. cit.

<sup>69</sup> D. Judite, professora de renda em entrevista a Zanella, In, *ibid*, p. 51.

Com a chegada do “progresso”, as populações rurais sofreram várias transformações, é fato que ele trouxe benefícios para essas populações, porém também ocasionou modificações fundamentais no modo de viver, nas atividades e na cultura das pessoas.

Em consequência, a atividade de confecção da renda de bilro parece estar, enquanto atividade econômica artesanal, em franco processo de extinção, só sobrevivendo na literatura e em museus que preservam o folclore ilhéu. Ou, então, na memória viva das velhas rendeiras que hoje nos falam, retratando o processo gradativo de extinção dessa atividade.<sup>70</sup>



**Figura 4 – Toalhinha em Renda<sup>71</sup>**

O aprender a fazer a renda era um momento importante no desenvolvimento da mulher e no seu processo de socialização. Era considerada uma prática adequada à mulher e era estimulada e motivada entre as meninas. Sendo assim, a atividade que inicialmente era

---

<sup>70</sup> ZANELLA, op. cit. p. 52.

<sup>71</sup> Foto por Geovana Alves da Luz

considerada desprazerosa, porque impediam as meninas de brincar, gradativamente tornava-se uma atividade voluntária.<sup>72</sup>

É importante considerar aqui que a destinação dos ganhos variam com relação ao estado civil e à idade. Em uma perspectiva muito ampla pode-se definir três momentos, na vida da fazendeira, sobre esta questão. O primeiro, na infância, quando a mãe comercializa a renda feita pela filha e destina o dinheiro às necessidades da família e não da menina. O segundo, da mulher jovem e solteira que organiza seu patrimônio a partir do dinheiro da renda, e, finalmente, o terceiro momento, em que a mulher casada colabora diretamente para a manutenção da família. Observa-se que, em nenhum destes momentos as mulheres deixaram de contribuir, quer direta, quer indiretamente, para a economia doméstica.<sup>73</sup>

Antigamente para as rendeiras o acesso à escola era limitado às séries iniciais do primeiro grau e em alguns momentos a renda podia sobrepor-se aos estudos, devido ao tempo dedicado à prática e também por causa da dificuldade de acesso às escolas que possuíam séries mais avançadas, as meninas acabavam abandonando ou não dando continuidade aos estudos. Elas não consideravam a escolarização essencial naquele tempo, pois as meninas e mulheres dedicavam-se as atividades domésticas e a confecção da renda.

Enquanto que para as rendeiras, a escolarização não era considerada tão essencial, para as suas filhas e netas, ou seja, para as gerações mais novas, ocorre o contrário, onde a questão da escolarização se impõe cada vez mais necessária. Desse modo, passam a ser insuficientes os primeiros anos de frequência na escola, levando a busca de uma qualificação profissional, com isso constitui-se mais uma razão para o abandono da prática da renda.

[...] a renda de bilro passou, de atividade manual produtora de mercadorias para uso doméstico, à atividade produtora de mercadorias geradoras de

---

<sup>72</sup> BECK, op. cit.

<sup>73</sup> Ibid, p. 22

renda, em virtude de sua comercialização. No momento atual, a atividade de confecção da renda encontra-se em declínio por nem sempre gerar renda, o que por sua vez impulsionou modificações no processo de ensinar e aprender a atividade.<sup>74</sup>

A renda de bilro passou por várias mudanças e em vários aspectos. Até o aprender e o ensinar foram se transformando ao passar do tempo. Antigamente a aprendizagem da renda se dava quando a menina tinha por volta de seis ou sete anos, era ensinada de modo informal por alguém da própria família, normalmente como uma obrigação e no âmbito doméstico. Atualmente a renda de bilro é ensinada por meio de cursos onde há a professora rendeira e um grupo de alunos, quem se matricula no curso normalmente é por uma questão de lazer, curiosidade e fazem isso de modo voluntário e não mais como uma obrigação imposta pelos familiares como antigamente, e pode-se considerar que atualmente o ensinar e o aprender se dá por um meio formal, como em uma “sala de aula”.

Enquanto expressão de uma cultura, essa atividade manteve-se ao longo dos anos via processo de socialização de experiências vividas pelos mais velhos, sendo tarefa dos mais novos preservá-las e/ou transformá-las. O aprender a fazer renda vinha se dando, portanto, até há pouco tempo, através do contato freqüente com a mesma e das instruções oferecidas às meninas pelas mães, avós, madrinhas ou irmãs mais velhas.<sup>75</sup>

Segundo Zanella<sup>76</sup>, apesar das várias mudanças na prática da renda de bilro, uma característica ainda se mantém: a de se ensinar a renda através de passos sucessivos, indo dos mais simples aos mais complexos. Os alunos aprendem primeiramente por meio de observação das demonstrações da professora, “a encher os bilros com a linha, a prender o pique na almofada e a tecer os pontos básicos de bilro”.<sup>77</sup>

---

<sup>74</sup> ZANELLA, op. cit. p. 24.

<sup>75</sup> ZANELLA, op. cit. p. 53.

<sup>76</sup> Ibid.

<sup>77</sup> Ibid, p. 61.

Aparentemente a prática da renda de bilro atualmente está assumindo as mesmas características que tinha no século XVIII, ou seja, a confecção da renda de bilro novamente deixa de ser um “trabalho”, atividade econômica geradora de “renda” (dinheiro) e passa a ser um entretenimento, uma forma de lazer.<sup>78</sup> “[...] aprender a fazer renda é uma atividade cuja significação vem se modificando ao longo dos anos, enquanto resultante das transformações econômicas, políticas e sociais”.<sup>79</sup>

Em 1990 já existia uma preocupação quanto ao desaparecimento da prática da renda de bilro, quando a Fundação Cultural de Florianópolis Franklin Cascaes deu início às ações para valorizar e preservar o artesanato considerado como referência cultural, assim foram promovidas oficinas para transmissão dos saberes tradicionais. Algumas atividades ainda acontecem no Casarão da Lagoa, no bairro Lagoa da Conceição.<sup>80</sup>

A seguir, o segundo capítulo discorrerá sobre a questão do patrimônio cultural, sob sua forma material e também imaterial, abordando as leis/decretos desses patrimônios, também há o questionamento se a renda de bilro pode ser considerada um patrimônio cultural e ainda será abordada a questão das memórias da comunidade acerca da renda de bilro.

---

<sup>78</sup> BECK, op. cit.

<sup>79</sup> ZANELLA, op. cit. p. 63.

<sup>80</sup> Anexo A

## CAPÍTULO 2 – Patrimônio Cultural

### 2.1 O que é patrimônio?

A palavra patrimônio tem origem no latim<sup>81</sup>, é considerado o que o pai deixa para o seu filho. Desse modo a palavra patrimônio passou a ser utilizada para referir-se aos bens ou riquezas de uma família, de uma empresa ou de uma pessoa.<sup>82</sup>

Com a Revolução Francesa no século XVIII, essa ideia começou a adquirir o sentido de propriedade coletiva. Nessa época, vários revolucionários desejavam destruir castelos, obras de arte, prédios e objetos que pertenciam à nobreza e templos que remetiam ao poder do clero. Muitos intelectuais se manifestaram contra essa atitude e defenderam que além do valor artístico e econômico, aqueles monumentos e objetos contavam também a história do povo da França. Ou seja, o valor histórico daqueles monumentos e objetos, daqueles bens, ia muito além da história dos reis, dos nobres, do clero e da corte francesa, eles contavam também a história dos camponeses, dos comerciantes, dos pobres, ou seja, do povo da França. Desse modo, esses bens deveriam ser preservados pelo interesse da população de que era composta a nação francesa.<sup>83</sup>

A questão sobre uma ideia de um patrimônio cultural que pudesse ser identificado como de interesse da humanidade foi pensada inicialmente um pouco depois da Segunda Guerra Mundial<sup>84</sup>. Naquele momento, foram destruídos muitos monumentos preciosos, localizados nos países envolvidos no conflito, isso resultou em uma grande perda para o conhecimento de culturas e histórias daquelas nações.

Porém, essa ideia se efetivou apenas quando a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação a Ciência e a Cultura) acolheu um apelo do governo egípcio de salvar antigos templos e túmulos de faraós, que iriam ser inundados quando fosse construída a

---

<sup>81</sup> O latim hoje é uma língua morta, e ela deu origem a língua portuguesa.  
BRAYNER, Natália Guerra. Patrimônio Cultural Imaterial: para saber mais.  
IPHAN/MinC. Brasília, agosto de 2007. 32p.

<sup>82</sup> BRAYNER, 2007.

<sup>83</sup> Ibid.

<sup>84</sup> A Segunda Guerra Mundial ocorreu entre 1939-1945.

barragem de Assuam, no sul do Egito. O governo do Egito pediu auxílio à comunidade internacional, afirmando que aqueles bens culturais faziam parte também da história e da cultura da humanidade, e não apenas daquele país. A partir desse momento, foi elaborada a Convenção Para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural (1972), e criada a Lista do Patrimônio Mundial.

Entretanto, ficou evidente, com o passar do tempo, que apenas bens considerados de valor excepcional, selecionados de acordo com os critérios de valoração das culturas européias estavam sendo inscritos na Lista do Patrimônio Mundial. Desse modo, manifestações “que indígenas das Américas, e tribos da África e da Oceania, por exemplo, consideravam sua maior riqueza, como rituais, narrativas sobre sua origem, lugares da natureza usados como templos, formas de fabricar objetos, etc”<sup>85</sup>, ficavam de fora dessa lista.

A partir então, de uma análise crítica dos limites da Lista do Patrimônio Mundial, a UNESCO começou a desenvolver sucessivos programas que levaram até a elaboração da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (2003).<sup>86</sup>

“Patrimônio” está entre as palavras que usamos com mais frequência no cotidiano. Falamos dos patrimônios econômicos e financeiros, dos patrimônios imobiliários; referimo-nos ao patrimônio econômico e financeiro de uma empresa, de um país, de uma família, de um indivíduo; usamos também a noção de patrimônios culturais, arquitetônicos, históricos, artísticos, etnográficos, ecológicos, genéticos; sem falar nos chamados patrimônios intangíveis, de recente e oportuna formulação no Brasil. Parece não haver limite para o processo de qualificação dessa palavra.<sup>87</sup>

---

<sup>85</sup> Ibid, p. 13.

<sup>86</sup> Ibid.

<sup>87</sup> GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. In. ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs.). Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, pp.25-33, 2003.

Segundo Gonçalves<sup>88</sup> muitos estudos afirmam que a categoria do patrimônio se constituiu em fins do século XVIII, juntamente com os processos de formação dos Estados nacionais. Gonçalves<sup>89</sup> afirma ainda que o fato não é totalmente incorreto, porém é omitido seu caráter milenar. A categoria do patrimônio não é uma invenção moderna, ela estava presente na idade média, no mundo clássico e até nas sociedades chamadas tribais e a “modernidade ocidental apenas impõe os contornos semânticos específicos que ela veio assumir”.<sup>90</sup>

Gonçalves<sup>91</sup> afirma ainda que o patrimônio é uma categoria de pensamento extremamente importante para a vida social e mental de toda e qualquer coletividade humana e sua importância não é restringida apenas às modernas sociedades ocidentais. “A noção de patrimônio confunde-se com a de propriedade. Mais precisamente com uma propriedade que é herdada, em oposição àquela que é adquirida”.<sup>92</sup>

Uma nova qualificação foi construída recentemente: o “patrimônio imaterial” ou “intangível”. Essa nova categoria se opõe ao chamado “patrimônio de pedra e cal”, e ‘visa’ a aspectos da vida social e cultural que as concepções mais tradicionais dificilmente abrangem. A categoria de patrimônio “imaterial” ou “intangível” foi criada para definir as modalidades de patrimônio que não se encaixavam na definição “material” limitada a monumentos, prédios, objetos, entre outros.<sup>93</sup>

Essa nova categoria abrange culinária, dança, festas, formas de medicina popular, lugares, música, religiões, técnicas, entre outros. Nessa concepção a ênfase está menos nos aspectos materiais e principalmente nos aspectos ideais e nos valores dessas formas de vida. A proposta dessa categoria é registrar e acompanhar essas práticas e representações verificando sua permanência e suas transformações, ou seja, não é proposto o tombamento dos bens, diferentemente da concepção de patrimônio material.<sup>94</sup> “O patrimônio, de certo modo, constrói, forma as pessoas”.<sup>95</sup>

---

<sup>88</sup> Ibid.

<sup>89</sup> Ibid.

<sup>90</sup> Ibid, p. 109.

<sup>91</sup> Ibid.

<sup>92</sup> Ibid, p. 27.

<sup>93</sup> Ibid.

<sup>94</sup> Ibid.

<sup>95</sup> Ibid., p. 31

É certo que se possa falar, hoje, [...], de “patrimônio” como uma disciplina ou como um tipo de administração voltada para a promoção de tradições, memórias e lugares, e mobilizada tanto para a produção de saberes quanto para as comemorações cívicas e o comércio de produtos, como os turísticos. Em todas essas práticas se inscreve a necessidade de preservação, inegavelmente ligada à busca da autenticidade de uma herança coletiva.<sup>96</sup>

A ênfase dos discursos mais recentes sobre o patrimônio cultural tem sido colocada em seu caráter “construído” ou “inventado”. O patrimônio seria constituído no presente, em cada nação, grupo, povo, comunidade, família, enfim cada instituição, com o objetivo de expressar suas identidades e suas memórias. Segundo Gonçalves<sup>97</sup>, esse aspecto tem estado presente e deve continuar nos discursos sobre patrimônio.

Na medida em que “arbitrários”, os patrimônios não estão centrados na sociedade, na história ou na natureza; eles próprios é que, na verdade, constituem um centro que é histórica e culturalmente constituído, podendo assumir múltiplas formas no tempo e no espaço – formas institucionais, rituais, textuais.<sup>98</sup>

## **2.2 Patrimônio Material e o decreto lei nº 25 de 30 de novembro de 1937**

A questão do patrimônio, no Brasil, começou a adquirir relevância política, implicando o envolvimento do Estado a partir de

---

<sup>96</sup> DAHER, Andrea. Objeto cultural e bem patrimonial: Representações e práticas. In. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Brasília, n. 34, 2012, p. 115

<sup>97</sup> GONÇALVES, José Reginaldo Santos. “Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios”. In: Horizontes Antropológicos. Revista do PPGAS da UFRGS. vol. 11, n.º 23, jan-jun de 2005

<sup>98</sup> Ibid, p. 226.

1920. Nessa época, os grandes museus nacionais já estavam em funcionamento, porém os bens que não integravam essas coleções, principalmente os bens imóveis, ficavam desassistidos, não haviam meios para proteger esses bens. Esse tema passou a ser objeto de debates no Congresso Nacional, nos governos estaduais, na imprensa e nas instituições culturais devido a denúncias de intelectuais acerca do abandono de cidades históricas e do descaso com o que era considerado por eles como o “tesouro” da Nação, o que seria uma perda para as futuras gerações. Os intelectuais se preocupavam principalmente com a proteção de monumentos e objetos de valor histórico e artístico.<sup>99</sup>

Nos séculos XVIII e XIX o patrimônio cultural era associado com a nação, com o que seria escolhido para representar a nacionalidade, na forma de edifícios, monumentos, ou seja, de bens móveis e imóveis.<sup>100</sup>

Em 1936 foi implantado um serviço com o objetivo de proteger obras de arte e de história no país, esse serviço foi inicialmente chamado de SPHAN. A criação desse serviço se deu com o movimento modernista e a instauração do Estado Novo, em 1937, dois fatos que marcaram a vida cultural e política do Brasil na primeira metade do século XX.<sup>101</sup>

Foi a partir do surgimento do modernismo<sup>102</sup> que a temática de um patrimônio histórico e artístico nacional foi formulada pela primeira vez no Brasil. “O objetivo era criar uma cultura nacional homogênea, que propiciasse a identificação dos cidadãos com a nação”.<sup>103</sup>

Por sua vez o conceito de patrimônio histórico e artístico é formulado tendo como pano de fundo a questão nacional. Raros são os autores que, como Alois Riegl (1984), pensam a questão do

---

<sup>99</sup> FONSECA, Maria Cecília Londres. O Patrimônio em Processo: trajetória da Política Federal de Preservação no Brasil, 2 ed. ver ampl. Rio de Janeiro: Editora UFRG; MinC – Iphan, 2005, 296p.

<sup>100</sup> BRAYNER, op. cit.

<sup>101</sup> Ibid.

<sup>102</sup> Segundo Fonseca (2005) o modernismo foi considerado o movimento cultural de maior relevância na primeira metade do século XX.

<sup>103</sup> FONSECA, 2005, p. 86.

patrimônio cultural a partir da dinâmica de valores que o constitui. Dado o modo como se implantaram as políticas de patrimônio, predominantemente associadas à construção dos Estados-nação e de uma representação de "identidade nacional", e dada também sua precária apropriação pela sociedade como um todo, essas políticas terminaram por referir-se predominantemente àqueles grupos sociais que detêm o poder de produzir a representação hegemônica do "nacional".<sup>104</sup>

O Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937<sup>105</sup> que constitui o patrimônio histórico e artístico nacional, em seu primeiro capítulo:

#### Do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Artigo 1º - Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

§ 1º - Os bens a que se refere o presente artigo só serão considerados parte integrante do patrimônio histórico e artístico nacional depois de inscritos separada ou agrupadamente num dos quatro Livros do Tombo, de que trata o Art. 4º desta lei.

§ 2º - Equiparam-se aos bens a que se refere o presente artigo e são também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela Natureza ou agenciados pela indústria humana.

---

<sup>104</sup> FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs.). Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 19

<sup>105</sup> Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. IPHAN.

O Capítulo II do Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, do tombamento:

Artigo 4º - O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional possuirá quatro Livros do Tombo, nos quais serão inscritas as obras a que se refere o art. 1º desta lei, a saber:

1º) no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, as coisas pertencentes às categorias de arte arqueológica, etnográfica, ameríndia e popular, e bem assim as mencionadas no § 2º do citado art. 1º;

2º) no Livro do Tombo Histórico, as coisas de interesse histórico e as obras de arte histórica;

3º) no Livro do Tombo das Belas-Artes, as coisas de arte erudita nacional ou estrangeira;

4º) no Livro do Tombo das Artes Aplicadas, as obras que se incluírem na categoria das artes aplicadas, nacionais ou estrangeiras.

§ 1º - Cada um dos Livros do Tombo poderá ter vários volumes.

O Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, ainda define que o que é tombado fica sob proteção, não podendo ser destruído, demolido ou alterado, e podendo ser reparados ou restaurados apenas com a autorização prévia do IPHAN.

O SPHAN foi criado em 1936 – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Em 1946 o SPHAN passa a ser chamado de DPHAN – Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Em 1970 o DPHAN é transformado em IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, como é conhecido atualmente.

Os patrimônios culturais são estratégias por meio das quais grupos sociais e indivíduos narram sua memória e sua identidade, buscando para elas um lugar público de reconhecimento, na medida mesmo em que as transformam em ‘patrimônio’. Transformar objetos, estruturas arquitetônicas e

estruturas urbanísticas em patrimônio cultural significa atribuir-lhes uma função de ‘representação’, que funda a memória e a identidade. (...) Os patrimônios são, assim, instrumentos de constituição de subjetividades individuais e coletivas, um recurso à disposição de grupos sociais e seus representantes em sua luta por reconhecimento social e político no espaço público.<sup>106</sup>

### **2.3 Patrimônio Imaterial e decreto nº 3.551 de 04 de agosto de 2000**

A questão do “patrimônio imaterial” ou patrimônio “intangível” é relativamente recente nas políticas de patrimônio cultural. Essa ideia foi motivada pelo desejo de ampliar a noção de patrimônio histórico e artístico “entendida como repertório de bens, ou “coisas”, ao qual se atribui excepcional valor cultural, o que faz esses bens serem merecedores de proteção por parte do poder público”.<sup>107</sup>

Nessa categoria estão incluídos: lugares, saberes, ofícios, modos de fazer, festas, técnicas, celebrações, formas de expressão, dança, culinária, etc. Como o próprio termo sugere, a ênfase recai menos nos aspectos materiais e mais nos aspectos ideais e valorativos dessas manifestações. Diferentemente do patrimônio material, que é “tombado”, a proposta é “registrar” o patrimônio imaterial, essas práticas e representações e, além disso, fazer um acompanhamento desses bens para analisar e verificar suas transformações e também sua permanência.<sup>108</sup>

---

<sup>106</sup> GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Monumentalidade e cotidiano: Os patrimônios culturais como gênero do discurso. In: OLIVEIRA, Lucia Lipp (Org.) Cidade: História e Desafios. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002. p. 121-122.

<sup>107</sup> FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs.). Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 9

<sup>108</sup> GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs.). Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, pp.25-33, 2003

O Patrimônio Cultural Imaterial é transmitido de geração a geração, constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana. É apropriado por indivíduos e grupos sociais como importantes elementos de sua identidade.<sup>109</sup>

Como os patrimônios imateriais não poderiam ser tombados, a proposta seria registrar esses patrimônios, para atender as determinações legais e criar instrumentos que fossem adequados ao reconhecimento e à preservação desse patrimônio, foi criado o Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000<sup>110</sup>.

O Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, institui no artigo 1º:

Artigo 1º - Fica instituído o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro.

§ 1º Esse registro se fará em um dos seguintes livros:

I – Livro de Registro dos Saberes, onde serão inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades;

II – Livro de Registro das Celebrações, onde serão inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social;

III – Livro de Registro das Formas de Expressão, onde serão inscritas manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas;

---

<sup>109</sup> Patrimônio Imaterial. IPHAN. Disponível em: <

<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/234>>.

<sup>110</sup> Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000. Disponível em:

<[http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Decreto%20n%C2%BA%203\\_551%20de%2004%20de%20agosto%20de%202000.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Decreto%20n%C2%BA%203_551%20de%2004%20de%20agosto%20de%202000.pdf)>.

IV – Livro de Registro dos Lugares, onde serão inscritos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas.<sup>111</sup>

O Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, institui no artigo 8º o “Programa Nacional do Patrimônio Imaterial”, que visa à implementação de uma política específica de inventário, referenciamento e valorização do patrimônio imaterial.<sup>112</sup>

A Constituição Federal de 1988 ampliou a noção de patrimônio cultural nos artigos 215 e 216 ao reconhecer a existência de bens culturais de natureza material e imaterial, e também ao instituir outras formas de preservação além do tombamento, que seriam o registro e o inventário.

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

---

<sup>111</sup> Ibid.

<sup>112</sup> Ibid.

Nesses artigos da Constituição, reconhece-se também a necessidade de se incluir, no patrimônio a ser preservado pelo Estado em parceria com a sociedade, bens culturais que sejam referências dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. Com o objetivo de criar instrumentos adequados ao reconhecimento e à preservação de bens culturais imateriais, que são de natureza processual e dinâmica, tais como as “formas de expressão”, e “os modos de criar, fazer e viver”, citados no Art. 216 da Constituição Federal de 1988, o IPHAN coordenou os estudos que resultaram na edição do Decreto 3.551, de 04 de agosto de 2000, que “institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial”. Nesse mesmo ano, o IPHAN também consolidou o Inventário Nacional de Referências Culturais.<sup>113</sup>

“O patrimônio, antes restrito ao excepcional, aproximou-se, cada vez mais, das ações quotidianas, em sua imensa e riquíssima heterogeneidade”.<sup>114</sup>

## **2.4 A Renda de Bilro é um patrimônio?**

A partir da década de 70 houve um crescimento urbano e turístico e a balnearização das praias em Florianópolis, com isso surgiu a necessidade de evidenciar as tradições e os demais elementos da cultura açoriana, com a preocupação também de preservá-la<sup>115</sup>.

Concorda-se que toda tradição é uma invenção coletiva que, de certo modo, tem o intuito de manter um elo com o passado, caracterizando grupos e comunidades e os diferenciando de

---

<sup>113</sup> BRAYNER, op. cit. p. 17

<sup>114</sup> Ibid, p. 30.

<sup>115</sup> ANGELO, Elis Regina Barbosa. O “saber-fazer” rendas de bilros: as ressignificações do processo na Lagoa da Conceição em Florianópolis. Fortaleza, 2013. Revista de História. v. 1. n. 1. p. 11-27.

outros com os quais existe contato. No entanto, as tradições reconhecidas hoje em Florianópolis e em maior abrangência no Estado de Santa Catarina, se perpetuaram até a atualidade sem necessariamente possuir vínculos com os interesses políticos da região.<sup>116</sup>

A renda de bilros é sem dúvida uma das expressões femininas da cultura material que, entre rupturas e continuidades manteve-se viva na Ilha. Esse processo diante do quadro de transformações do mundo do trabalho vem sendo ressignificado tanto no espaço feminino quanto na função da tradição como um processo de educação, significação e sentido da produção do objeto.<sup>117</sup>

Segundo Gonçalves<sup>118</sup> os objetos que compõem um patrimônio precisam encontrar “ressonância”<sup>119</sup> junto a seu público. Segundo Magalhães<sup>120</sup> o patrimônio é apropriado e reapropriado pelos indivíduos para objetivar a sua identidade. O patrimônio cultural de uma sociedade são os bens considerados mais importantes e representativos de sua identidade, cultura e história, são os valores e significados que as pessoas atribuem a esses bens culturais.

O patrimônio cultural de uma sociedade é também fruto de uma escolha, que, no caso das políticas públicas, tem a participação do Estado por meio de leis, instituições e políticas específicas. Essa escolha é feita a partir daquilo que as pessoas

---

<sup>116</sup> Ibid, p. 4.

<sup>117</sup> Ibid, p. 6-7.

<sup>118</sup> GONÇALVES, 2005, op. cit.

<sup>119</sup> Stephen Greenblatt (1991:42-56) apud Gonçalves: “Por ressonância eu quero me referir ao poder de um objeto exposto atingir um universo mais amplo, para além de suas fronteiras formais, o poder de evocar no expectador as forças culturais complexas e dinâmicas das quais ele emergiu e das quais ele é, para o expectador, o representante” p. 215

<sup>120</sup> MAGALHÃES, Fernando. Entre o ser e o sentir: como definir identidade. In: *Museus, Patrimônio e Identidade: Ritualidade, Educação, Conservação, Pesquisa, Exposição*. Porto: Profedições, 2005. p. 30.

consideram ser mais importante, mais representativo da sua identidade, da sua história, da sua cultura. Ou seja, são os valores, os significados atribuídos pelas pessoas a objetos, lugares ou práticas culturais que os tornam patrimônio de uma coletividade (ou patrimônio coletivo).<sup>121</sup>

Os significados que são atribuídos aos bens culturais podem ser alterados e se transformarem ao longo do tempo, assim como também podem variar de uma pessoa para outra, de uma comunidade para outra. Apesar dos mais diversos significados que podem ser atribuídos a um bem cultural, é considerado patrimônio o que é reconhecido por um grupo social como referência de sua cultura e de sua história, que está presente na memória das pessoas do local. Nem sempre toda a comunidade concorda com a escolha feita sobre o que poderá ser considerado como patrimônio, para algumas pessoas, algumas coisas são mais importantes e significativas do que para outras.<sup>122</sup>

Apenas quando uma pessoa se sente parte integrante de uma cidade ou de uma comunidade é que ela dá valor aos bens culturais, esses bens podem ser de natureza material ou imaterial. Os bens culturais de natureza material são os considerados tangíveis, são objetos, edifícios, paisagens naturais, documentos, monumentos. Os bens culturais de natureza imaterial estão relacionados aos saberes, às crenças, aos modos de ser das pessoas. O IPHAN preserva tanto o patrimônio cultural de natureza material como o de natureza imaterial. Na preservação do patrimônio cultural imaterial:

importa cuidar dos processos e práticas, importa valorizar os saberes e os conhecimentos das pessoas. São os ofícios e saberes artesanais, as maneiras de pescar, caçar, plantar, cultivar e colher, de utilizar plantas como alimentos e remédios, de construir moradias, as danças e as músicas, os modos de vestir e falar, os rituais e festas religiosas e populares, as relações sociais e

---

<sup>121</sup> BRAYNER, Natália Guerra. Patrimônio Cultural Imaterial: para saber mais. Brasília, IPHAN, p. 32, 2007. p. 13.

<sup>122</sup> Ibid.

familiares que revelam os múltiplos aspectos da cultura cotidiana de uma comunidade.<sup>123</sup>

O IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) juntamente com a IELUSC (Associação Educacional Luterana de Santa Catarina Bom Jesus) e com a Faculdade de Turismo, publicou um relatório técnico denominado "Projeto Diagnóstico Documental do Patrimônio Cultural Imaterial de Santa Catarina" em fevereiro de 2008<sup>124</sup>, no qual o ofício das rendeiras está incluído, o objetivo do projeto seria documentar/fazer um levantamento, inventariar os patrimônios imateriais do estado e identificar suas referências culturais. Sendo assim, se o ofício da renda de bilro está incluído no relatório que inventariou os patrimônios imateriais de Santa Catarina, logo o IPHAN considera o saber fazer renda de bilro como patrimônio imaterial. Um dos objetivos do projeto seria organizar um banco de dados para que se torne possível subsidiar ações de inventário e registro do patrimônio imaterial de Santa Catarina.

Quanto ao termo referência, decidiu-se seguir tão perto quanto possível o modo como refletia a esse respeito Aloísio Magalhães, que comandou o órgão responsável pelo patrimônio cultural de 1979 a 1982. Nesse sentido, as referências são compreendidas como processo, maneira de fazer, usar e fruir objetos ou eventos (festas, feiras) e remetem a suportes materiais ou materializados de múltiplos significados, como representações ou símbolos com os quais os indivíduos que vivem naquele ambiente se identificam concretamente. No entender de Márcia Sant'Anna, tais sujeitos apreendem essas referências, incorporam-nas ao seu dia-a-dia e empregam-nas como ferramentas naquele contexto, no qual estabelecem relações num sistema que expressa a situação em que

---

<sup>123</sup> Ibid.

<sup>124</sup> IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), IELUSC (Associação Educacional Luterana de Santa Catarina Bom Jesus), FACULDADE DE TURISMO. Projeto Diagnóstico Documental do Patrimônio Cultural Imaterial de Santa Catarina: Relatório Técnico. Joinville: Iphan, 2008. 57 p.

vivem. Assim, mais do que informar sobre aquele universo, enquanto seus construtores, eles são também seus intérpretes.<sup>125</sup>

“A ideia de transformar a renda de bilros em patrimônio cultural se estabelece a partir do momento em que é considerada pela comunidade e pelos espectadores como parte integrante de sua identidade cultural, com os traços dos açorianos por gerações”.<sup>126</sup> Se o patrimônio cultural são os bens culturais considerados por determinada comunidade como importante, representativa da sua identidade, da sua história, da sua cultura, então pode-se considerar a prática da renda de bilro como um patrimônio, pelo menos para as pessoas que se dedicam a praticar, continuar e preservar essa tradição.

## 2.5 As memórias das comunidades

Falar de Florianópolis, capital de Santa Catarina, município formado por uma ilha e parte continental, é também falar da renda de bilro lá produzida, sendo, inclusive, apontado por alguns como o local que reúne a maior concentração de rendeiras do sul do Brasil. As rendeiras descendem das antigas famílias açorianas, que com o objetivo de garantir o território da Coroa Portuguesa, vieram em meados do século 18 para a Vila do Desterro, na Ilha de Santa Catarina, antigo nome de Florianópolis, desenvolver aqui atividades ligadas à agricultura e à pesca de subsistência. A influência cultural desses primeiros imigrantes se perpetua até os dias de hoje não só nessa tipologia artesanal, espalhando-se junto às expressões lingüísticas, às lendas de bruxas e sereias, à arquitetura colonial, à culinária, à pesca artesanal e ao culto ao Divino Espírito Santo, dentre outros.<sup>127</sup>

---

<sup>125</sup> Ibid, p. 4-5.

<sup>126</sup> ANGELO, op. cit. p. 176.

<sup>127</sup> FIGUEIREDO, Wilmara (Org). Desde o tempo da pomboca - renda de bilro de Florianópolis. Rio de Janeiro: IPHAN/CNFCP, 2014. p. 27

Com os relatos dessas histórias de vida e também nos livros utilizados como referência para a pesquisa, torna-se evidente como a renda de bilro foi importante para o sustento de muitas famílias, ainda que ela fosse pouco valorizada financeiramente. Além de também desempenhar o papel de instrumento de sociabilidade entre essas mulheres rendeiras. As mulheres em geral possuíam uma vida simples e eram iniciadas na renda de bilro na infância. As mulheres que se reuniam para fazer renda comentavam sobre seu dia a dia, trocavam histórias e geralmente se divertiam também cantando versos.<sup>128</sup>

Muitas mulheres quando se aposentam retornam à renda de bilro, não mais pela necessidade de uma complementação financeira, mas sim como uma forma de entretenimento, lazer e também de convívio social, porém ainda se sentem valorizadas quando conseguem comercializar as peças que produziram. Mesmo com a pressuposição dos folcloristas de que a prática da renda de bilro estava fadada a desaparecer, ela ainda se mantém atualmente, porém houve uma diminuição de mulheres que a praticam.

A seguir serão apresentados alguns relatos extraídas do livro “Desde o tempo da pomboca – renda de bilro de Florianópolis”.

*Armação do Pântano do Sul*

*- Florentina Lina Coelho (dona flor)*

*A minha cunhada, a Norma, aprendeu a fazer renda comigo. Outra noite veio aqui buscar linha branca para acabar uma renda que ela tinha na almofada. Arrumei oito bilros e linha branca para ela terminar. “Olha, não me bota meus bilros fora, é minha estimação”. Eu adoro meus bilros. Tenho bilro de quanto eu tinha 13 anos e ganhei uma dúzia deles, naquela época que faziam o pão por Deus “Deixa que teu presente ainda vai vir”, disse meu pai, quando ele veio trazer, trouxe uma*

---

<sup>128</sup> Os versos que as mulheres cantavam normalmente eram sobre a natureza, histórias de amor, aspectos do cotidiano ou para uma pessoa que se desejava chamar a atenção. FIGUEIREDO, Wilmara (Org). Desde o tempo da pomboca - renda de bilro de Florianópolis. Rio de Janeiro: IPHAN/CNFCP, 2014 164 p.

*dúzia de bilro tudo assim pretinho. Eu tenho ciúmes dos meus bilros “Eu já disse, quando eu morrer, vocês me botam tudo dentro do caixão para eu levar lá pra cima” [risos]. Vê? Eles parecem envernizados. Agora é porque eu lavei eles com sabão em pó. Eu lavo de vez em quando porque ele sua. A gente trabalha com eles nas mãos e sua. Eu adoro meus bilros. Eu adoro fazer renda. Tem os grupos. Eu estou em 3 grupos. A gente toma café lá no grupo, chego em casa, se é para fazer uma canja, já boto no fogo, uma sopa, se não, um miojo, boto no fogo e já me sento na renda. Televisão está ligada, eu não estou nem aí para ver, to aqui. Ontem de manhã armei um quadro, 11 horas da noite eu estava acabando. Crochê, essas coisas assim, não gosto muito, mas renda eu adoro. Lá uma vez ou outra costurava um bocadinho na máquina da minha mãe, uma bainha, uma coisa. O meu problema é a renda, não posso ficar sem ela na almofada.*

[...]

*A renda também tinha muito valor. A linha era barata. Fazia muita renda. Comprava o enxoval dos meus filhos todo com o dinheiro da renda. Às vezes até pegava o dinheiro adiantado para pagar o meu INPS, né? Eu sou aposentada com o dinheiro da renda. Hoje a renda não tem muito valor. Agora que está voltando a moda, que o povo está assanhado para fazer renda. O pessoal fazendo enfeite para bolsa... eu tenho uma vizinha que está enfeitando bolsa com renda. Agora eu fiz um trilho grande, dois metros, vendi para Minas Gerais. Fiz uma toalha de encomenda muito grande, levou 12 quadros, meu Deus! Mas foi o jeito fazer, não posso estar parada.<sup>129</sup>*

*Barra da Lagoa*

*Maria Rosa de Paulo*

*Nasci no Rio Vermelho e tenho 71 anos. Resido na Barra há 36 anos. Desde os oito anos nunca parei, sempre rendeira e dona de casa. Meu pai*

---

<sup>129</sup> Ibid, p. 50-54

*era pobre, fazia farinha e cachaça. Durante o dia eu apanhava café, raspava mandioca para fazer farinha; de noite e de madrugada, eu fazia a renda na luz de lamparina, a chamada pomboca. Aprendi com minha madrinha, e a renda era para me vestir. Era bom porque cada um cuidava de si.*

*Quando era mocinha, eu vendia as rendas que eu fazia. Tinha uma senhora de Canasvieiras que comprava de mim. Quando eu me mudei pra Lagoa, eu vendia no Retiro. Depois a gente passou a botar no grupo de rendeiras Esperança Nova. Tudo o que eu tive no meu casamento eu agradeço à renda. Eu casei com uma pessoa pobre, um pescador; ele ia trabalhar e eu ficava em casa. Eu fazia renda de noite e de madrugada, e durante o dia ia apanhar café.*

*Hoje minha ocupação é cuidar do grupo, cuidar da casa e fazer renda. Faço renda todos os dias e bordo também; quando canso de uma, passo para outra. Eu sei fazer os pontos tramoia, maria morena e comum. Eu gosto da almofada só com palha de bananeira, mas tem pessoas que gostam com capim. Outras fazem com barba-de-velho; antigamente se fazia muito. Os bilros, eu sei fazer e meu marido também sabe. A gente faz com faca, vidro, pra alisar, e gilete pra cortar aquelas farpinhas que ficam.*

*O Grupo Esperança Nova tem 20 mulheres, com 10 rendeiras que estão trabalhando, e mais três que no momento não estão fazendo. Já existimos há 14 anos. De dois em dois meses eu faço um bingo para adquirir linha. Hoje em dia o pessoal não valoriza o nosso trabalho, a gente não tem como vender.<sup>130</sup>*

#### *Campeche*

*José Hermínio Faustino (Zeca)*

*Comecei a trabalhar com 13 anos na Escola Industrial. Naquela época a gente era internado e trabalhava para o Senac, e o Senac vendia. O pai*

---

<sup>130</sup> Ibid, p. 55-57

*era pescador e a mãe era rendeira, doméstica, colhia café na época, a família toda fazia renda*

*Depois de aposentado, em 1988, comecei a fazer essas coisas, bilro, caixote, tarefa para preencher o tempo vazio. Daí a gente dá uma tarefa pra um, vende fiado, não pagam, o outro a gente dá o bilro, só pra preencher o espaço. Graças a Deus não tenho necessidade, trabalhei muito, me aposentei razoável para viver no Campeche.*

*Agora não tem mais procura de bilro, porque eu já fiz tanto, e quem compra uma vez não compra mais, é quase um material permanente. Às vezes tem alguém que procura para fazer decoração, pra fazer artesanato. Eles querem o manual, mas esse eu não posso fazer mais. Tenho tanto serviço, que faço no torno. A gente vai no mato e colhe quatro ou cinco paus, guarda, pega mais quatro ou cinco, até quando tiver uma quantidade suficiente pra fazer, porque o Ibama não permite pegar muito, só quatro ou cinco eles deixam passar, quase nem veem.*

*Quando a mãe ou a vó precisavam, eu fazia 12 ou 15, no canivete, só para servir a família, não vendia. Para sobreviver tinha que criar galinha, plantar ou então o pescado, peixe seco. O tempo agora é melhor por causa do custo de vida, o acesso à água, telefone, televisão, internet melhorou, mas o progresso traz sacanagem, essa geração não tem interesse, só se for para outro lugar; aqui a rapaziada não quer.<sup>131</sup>*

*Canasvieiras*

*Neli Bion da Luz*

*Sou rendeira e dona de casa, faço renda tradicional, utilizo as linhas apropriadas para fazer o trabalho. Aprendi com minha mãe, comecei aos sete anos por necessidade. Minha mãe era rendeira e meu pai era pescador. Na época, não precisei ajudar em casa, era mais para comprar as nossas roupas, calçado... Fui aprendendo e, quando eu tinha uns oito anos, já*

---

<sup>131</sup> Ibid, p. 61-64

*fazia o trabalho bem feitinho, aí já vendia. Uma renda bem feita é uma renda bem puxada: você tem que apertar bem o ponto, principalmente na de trança. Quanto mais devagar você fizer, mais ela fica bem feita. A minha tia mais velha era compradeira de renda, então, desde que eu aprendi a fazer renda, já vendia para minha tia. Casei e continuei fazendo; ajudei a criar meus filhos com a renda. Os bilros que eu tinha quando era pequena os tios faziam. Depois meu marido também fez, não tenho nenhum comprado.*

*Faço renda há 52 anos e ainda ajudo bastante em casa, compro minhas roupas. Ainda faço porque preciso fazer, não tenho outro emprego, então o meu ganho, o meu salário é a minha renda. A dificuldade de hoje é vender, negociar. A cada ano está mais devagar, não vou dizer mais difícil, porque antes tínhamos a compradeira. Hoje você depende do visitante ou do turista, e nem todo visitante que entra nessa sala onde eu trabalho compra; 90% não compra.*

*Trabalho aqui dentro da Fortaleza de São José da Ponta Grossa, na Praia do Forte, e só faço aqui. Geralmente eu venho de manhã, quando eu chego à noite, em casa, eu descanso. Eu nem tenho almofada em casa.*

[...]

*A minha renda é minha história de vida, minha sobrevivência. Desde pequena eu faço com carinho, faço com amor. A gente, se quiser, pode botar os trabalhos na Lagoa, mas a gente não bota. Nós trabalhamos dentro de um ponto turístico, somos filhas daqui, somos moradoras da comunidade; lá fica para as moradoras de lá vender, e a gente vende o nosso trabalhinho aqui para não atrapalhar elas.*

[...]

*Hoje você tem dinheiro, naquela época era mais difícil. Para sobreviver está melhor, mas para viver, antes era melhor porque era mais*

*tranquilo, mais seguro. A gente não tem a liberdade que tinha anos atrás.*<sup>132</sup>

*Estreito*

*Nerivalda Duarte de Souza*

*A renda está agregada na minha vida de uma forma que a gente casou e não tem separação. É uma essência, uma coisa que a gente traz desde a infância que não tem como fugir dela, uma paixão. Hoje eu faço porque eu gosto e não por necessidade, e procuro passar esse conhecimento para outras pessoas, para não deixar morrer essa tradição.*<sup>133</sup>

*Lagoa da Conceição*

*Dulce Luiza dos Santos*

*Minha avó fazia, minha tia, um monte de gente fazia. Botava-se as almofadas na rua, a vizinhança toda junta. Também íamos para os terreiros das casas, como se chamava os quintais. Tinha as cantorias, mas como eu deixei de fazer muito pequena, esqueci. As almofadas eram feitas de palha de bananeira, capim ou barba-de-velho. Eram as três principais. Dos sete aos 13 anos, eu fiz renda direto. E com meus 13, fui trabalhar de empregada. Quando me casei, eu fazia faxina, lavava roupa pra fora... A renda mesmo eu recomecei a fazer há uns seis anos. Tenho um casal de filhos, a menina sabe fazer renda. Quer dizer, começou a fazer, mas disse que não queria mais.*

*Eu faço a nossa, aquela comum, e, que eu aprendi há pouco tempo, depois de velha, a maria morena e a tramoia. Os bilros eu comprei há uns cinco anos, quando voltei a fazer renda. Os piques a gente pega ali no Casarão da Lagoa, e também troca entre si para fazer a xerox. Eu não sei criar, só copio. Apesar de ter aprendido com meus sete anos, eu não tive muito tempo na renda. Só fui*

---

<sup>132</sup> Ibid, p. 65-68

<sup>133</sup> Ibid, p. 82

*voltar a fazer quando entrei aqui no Casarão da Lagoa.*

*A grande dificuldade que se tem é de vender. A renda, de uns dois ou três anos pra cá, tem tido uma divulgação melhorzinha, mas mesmo assim a gente tem dificuldade de venda. Na minha infância tinha as pessoas que encomendavam e a gente vendia pra eles. Quando eu era criança não gostava de fazer. Hoje eu adoro, e já deixei bordado e um monte de coisas que eu fazia pela renda, é uma terapia.<sup>134</sup>*

*Pântano do Sul*

*Catarina Ana da Lapa*

*Sou rendeira desde pequena, não fiz outra coisa na minha vida. Aprendi a fazer renda com minha mãe, com oito anos. Ela era viúva e ficou com cinco filhos, tudo pequeno. Quando meu pai faleceu eu tinha três anos. Lá no Campeche tinha a Viação Francesa e ela trabalhava lá. Ela lavava pros franceses, que chegavam com os aviões, e fazia renda pra nos sustentar. Criou os cinco filhos sozinha, sem ajuda; agora é que tem o governo que dá um salário, mas naquele tempo ninguém ganhava nada. Era na roça e fazendo renda. Daí eu e todas as minhas irmãs aprendemos a fazer renda cedo. Minhas filhas não aprenderam assim. Uma que mora aqui sempre troca uns pares de bilro, a outra também, mas a terceira, não.*

*Pra fazer renda, a gente botava azeite de mamona no prato, fazia aquela torcidinha de pano e acendia. Uma sentava aqui, outra ali e a gente fazia à noite. Depois era luz de querosene, que a gente ia pegar lá na Freguesia da Lagoa. Era longe, ia a pé, porque não tinha ônibus. De lá do Campeche ia até o Saco dos Limões pra pegar o ônibus pro Centro. A minha mãe vendia a renda na Costeira, no Saco dos Limões, aí ia a pé. Ela e minha irmã levantavam às três horas da manhã e iam até lá pra vender, era uma vida de sacrifícios.*

---

<sup>134</sup> Ibid, p. 85-87

*Hoje está mais fácil, a renda é uma distração, a gente faz porque acostumou a fazer, e quem tem renda em casa põe na associação [Casa da Rendeira do Pântano do Sul] e já vende.<sup>135</sup>*

*Edivaldo Pedro de Oliveira*

*Meu apelido é Dinho. Nasci em 8 de outubro de 1956 aqui no Pântano do Sul, mas morei no Canadá e em São Paulo. Saí em 1974 e voltei em 1998. Sou garçom, mas me envolvi com a renda desde que era pequeno, tempo em que minha mãe, minhas primas e as mulheres faziam renda porque dependiam dela. Quando tinha o intervalo pro cafezinho delas, eu ia lá e enlinhava todas as rendas delas. Quando elas voltavam, eu tinha que desenlinhar tudo. Assim eu aprendi. Aprendi com minha mãe e com minha prima. Os homens faziam rede.*

*Hoje eu só faço renda porque estou desempregado. Eu faço renda à noite, em casa, e nos fins de semana. Eu tenho uma almofada na Casa das Rendeiras e uma em casa, que já tem uns 30 anos, mas geralmente eu faço em casa. Hoje a renda é uma terapia, eu tenho problema de depressão e falaram pra eu fazer trabalhos manuais. Eu sabia fazer a renda e soube que tinha o grupo aqui que toda tarde se reunia. A Casa abre e a gente já vem tudo pra cá. Parece até um trabalho, que tem que cumprir aquele horário. É primordial hoje, é vício. Chega aquele horário, tem que vir correndo. A gente pode sair a hora que quiser, mas só saímos quando todos saem. É muito legal o convívio com essas pessoas, todas nativas aqui do Pântano. Tem a minha mãe, as vizinhas, gente tudo conhecida, praticamente viram eu me criar, crescer.*

*Hoje elas não dependem mais da renda, mas é um dinheirinho que vem e para elas é distração também. Na temporada [de verão] vende bem, e agora tá começando a expandir. Chegou uma estilista aqui e disse que ia levar e, se desse certo, ia mandar buscar mais. Agora tem uma*

---

<sup>135</sup> Ibid, p. 100-101

*encomenda enorme pra eu mandar. Ela vai customizar e fazer colares.*

*Pra mim, infelizmente, a renda vai acabar, porque o jovem não quer aprender agora na era da computação. E nós, uma hora nós vamos, e a gente não consegue passar. Teve um curso aqui que era só adulto. O sonho seria as meninas começarem a aprender, porque elas não têm noção do valor que tem a renda. Lá fora o pessoal dá muito mais valor. Só que vai chegar uma hora que não vai ter quem continue esse trabalho. E é uma pena, uma pena mesmo.<sup>136</sup>*

A seguir serão apresentadas algumas entrevistas realizadas para o presente trabalho, com rendeiras que residem no norte da ilha de Florianópolis.

*Nasci aqui na ilha, aprendi a fazer renda com 8 anos. Aprendi com a minha mãe os primeiros pontos, depois com Dona Santina e Dona Carmem. Faço renda todos os dias, porque sou aposentada, faço quando tenho tempo. A almofada, a caixa e o pique eu que fiz, o calçador (feito com bambu, para apoiar os bilros) também. Só não fiz os bilros, que é feito por homens. Comprei os bilros com seu Alzemiro da Cachoeira e seu Chiquinho, marido da Ana Maria dos Santos.*

*Pra fazer a renda eu uso linha Cléa e linha 24 (que era muito utilizada antigamente), gosto de fazer mais com a linha branca. Acho que uma das mudanças que teve na renda foi na cor da linha, que antigamente era só branca e hoje é usada também a linha colorida.*

*Vendo algumas, mas não é mais como antigamente, que precisava da venda da renda para sobreviver, para comprar roupas... Acho que não é valorizado, pelo trabalho que dá. Acredito que a tendência é desaparecer pois apenas uma filha minha sabe fazer mas não pratica e tenho 5 netas que não sabem fazer. Acredito que quando*

---

<sup>136</sup> Ibid, p. 101-103

*as rendeiras antigas se forem, não vai ter mais ninguém que saiba fazer. Acredito que com o passar do tempo, a renda vai valorizar mais, porque quem sabe fazer vai desaparecendo, e com menos pessoas sabendo fazer, vai ter mais procura e vai ser mais valorizado. (Antonieta Erotilde da Silva Santos, 72 anos, Ponta das Canas)<sup>137</sup>*

*Nasci na ilha, sou nativa. Aprendi com 7 anos, a avó ensinou as primeiras pernas cheias e a mãe ensinou as rendas maiores. Tive dificuldades em aprender e podia apanhar na época, se não aprendesse. Ensinei minha filha e estou ensinando a minha neta, a filha é professora e não pratica a renda. Não tenho dia, faço nos dias que estou em casa e não tenho nada pra fazer, também faço tricô, renda renascença, mas gosto mais da renda de bilro. Tenho uma almofada pequena para a tramóia e uma grande para a renda, fiz com barba de velho e palha de bananeira. Os bilros são todos meus, meu marido que fez uns 200 bilros, e eu fiz uma renda com 120 bilros. Uso mais a linha branca, porque gosto mais da renda branca, nada me tira da linha branca. Ainda uso também a linha fina, que era mais usada antes.*

*Antigamente não fazia renda grande (como toalhas), era a metro para lençol e toalha. Olho de boi, abacaxi, formosa... se falasse todos os nomes das rendas ia encher uma folha... Vendo também, não tem pessoas certas, conheci uma pessoa na alfândega que compra, vendo também para outras pessoas, dependendo do preço.*

*Acho que a renda não desaparece, pode desaparecer as pessoas que sabem fazer. Acho que pode desaparecer porque as pessoas mais velhas se vão e as mais novas não querem aprender. Acredito que sempre vai ter alguém para comprar a renda.*

*Não tinha emprego (antigamente), não trabalhava fora e a renda dava muito dinheiro. Eu me aprontava pra casar com o dinheiro da renda. É*

*um trabalho bonito, eu acho que deveria ser mais valorizado. (Ana Maria dos Santos, 65 anos, Ponta das Canas)<sup>138</sup>*

*Nasci na Ponta das Canas. Aprendi a fazer renda com 8 anos, com a vó Constancia. Nenhuma das minhas filhas aprendeu. Só quando era solteira, ensinei as amigas que iam em casa, naquela época só tinha a renda pra fazer.*

*Faço sempre, quando a renda ta armada na almofada. Ano passado fiz bastante, esse ano ainda não, porque não vende. Prefiro fazer no verão, pra vender. Faço a renda porque eu gosto, é uma coisa que distrai a gente. A almofada eu que fiz, antigamente fazia com marcela, atualmente faz com palha de bananeira, os bilros não lembro quem fez, comprei faz muitos anos, de solteira.*

*Antigamente era feita com linha 24, agora é feita com linha Cléa, gosto mais da linha branca, ano passado fiz algumas amarelas e coloridas, mas prefiro branca. Não faço mais renda com a linha fina, só com a Cléa, por causa das vistas, mas a linha fina (antiga) era melhor porque a renda saia mais durinha (engomada). Não vendo muito porque não conheço mais as compradeiras.*

*Acho que um dia vai desaparecer e não vai levar muito tempo. Eu acho que deveria né (ser valorizada). Porque muitas vezes uma moça quer saber, mas não tem quem ensine, até pra consumo próprio mesmo, e não vai ter quem faz pra ensinar.*

*E vai ter um tempo que vai acabar, porque não vai ter gente que sabe fazer. E também tem muita gente que sabe fazer mas não faz. Antes era feito barra para lençol e toalhas, de uns anos pra cá que começaram a fazer essas (toalhas), por causa das pessoas que vem de fora (turistas). Antes tudo quanto é moça fazia, hoje em dia não fazem mais.*

*(Granair Antonia da Silva Santos, Cachoeira do Bom Jesus)*<sup>139</sup>

Percebe-se nas falas que ocorre uma identificação com a prática da renda, um sentimento de pertencimento, eles acreditam que a prática da renda não deveria acabar, consideram uma parte da história da cidade que deve ser preservada. Segundo Angelo<sup>140</sup> as relações estabelecidas entre as mulheres e a prática da renda de bilro, praticada por várias gerações, não são apenas técnicas, mas também simbólicas.

Todos esses testemunhos remetem a “um lugar que não existe mais” e que só se perpetua nas memórias de quem os relata, representantes que são de toda uma geração de mulheres e homens. A contação dos fatos trazem consigo importantes aspectos sobre este saber-fazer tradicional do lugar e revelam um contexto sociopolítico e cultural no qual se inseriam à época.<sup>141</sup>

Atualmente percebe-se que a renda não é praticada como uma obrigação, e sim com prazer, como uma forma de entretenimento e lazer e alguns ainda afirmam que é uma forma de terapia. Apesar dos folcloristas<sup>142</sup> considerarem que a prática da renda de bilro estava fadada ao desaparecimento, essa tradição se manteve viva até os dias atuais, apesar das várias mudanças ocorridas durante os anos. Segundo Angelo<sup>143</sup> de alguma forma essa tradição ainda poderá manter-se no decurso da história, porém resta saber como as novas gerações irão reagir mediante a essa “tradição anteriormente enraizada como parte integrante da identidade cultural feminina das mulheres que descendem dos açorianos na localidade.”<sup>144</sup>

---

<sup>139</sup> Entrevista

<sup>140</sup> ANGELO, op. cit.

<sup>141</sup> Ibid, p. 29

<sup>142</sup> Folcloristas como Doralécio Soares estudavam a prática da renda de bilro e defendiam que ela deveria ser preservada, acreditavam que sem apoio do poder público e também sem o interesse das pessoas que a praticam, essa prática estaria fadada ao desaparecimento.

<sup>143</sup> ANGELO, op. cit.

<sup>144</sup> Ibid, p. 13.

Algumas medidas de preservação foram tomadas por instituições governamentais ou culturais, como por exemplo, a iniciativa da criação de um espaço destinado a renda de bilro no Casarão da Lagoa fomentado pela Fundação Cultural de Florianópolis Franklin Cascaes, com o objetivo de preservar e continuar essa prática. Sendo assim, o ensinar e o aprender que antes eram transmitidos pelas mães, tias e avós para as meninas, alterou-se, sendo transmitidos por meio de cursos, porém, ainda por meio da oralidade.

Ao lado disso, a dimensão simbólica deste saber vai estabilizando a sua continuidade, atraindo o olhar dos poderes locais para a implementação de estratégias de valorização do ofício de modo a aumentar a autoestima dos seus portadores e consolidá-lo enquanto expoente da identidade cultural local de origem açoriana.<sup>145</sup>

O terceiro capítulo irá apresentar as formas de preservação da renda de bilro na cidade, algumas leis e decretos feitos com o objetivo de proteger a prática, pessoas e instituições que salvaguardam essa tradição assim como os locais e as ações que foram criados com o objetivo de preservar, continuar e divulgar a renda de bilro.

---

<sup>145</sup> FIGUEIREDO, op. cit. p. 38

## CAPÍTULO 3 – A preservação da Renda de Bilro em Florianópolis

### 3.1 As ações de preservação

A renda de bilro é considerada uma das mais importantes tradições açorianas da cidade. Atualmente percebe-se que existe a necessidade de ações de reconhecimento, além do fortalecimento de políticas públicas, voltadas para a valorização dessa prática, assim como dos detentores desta, para que seja possível a continuidade desse saber fazer.

Com a criação da Secretaria Municipal de Cultura, em 2013, iniciou-se uma política pública permanente para reconhecimento, proteção e difusão dessa tradição cultural. A SeCult vem incentivando o protagonismo das rendeiras e buscando parcerias para divulgação da renda de bilro da Capital em feiras, eventos e novos espaços, ampliando o mercado consumidor.<sup>146</sup>

A prática da renda de bilro, assim como as suas detentoras foram homenageadas em músicas, monumentos e também em espaços dedicados a ela ao longo dos anos. O monumento na Praça da Lagoa da Conceição, o monumento no Largo da Alfândega, a principal avenida da Lagoa da Conceição denominada Avenida das Rendeiras, assim como no Hino da própria cidade de Florianópolis, no Rancho de Amor a Ilha<sup>147</sup> ela é citada, sendo assim possível perceber a importância dessa prática na cidade.

Ao longo dos anos pessoas e instituições demonstraram interesse em preservar a prática da renda de bilro na cidade. Doralécio Soares, por volta da década de 1950 já demonstrava seu interesse pela renda de bilro e também em valorizar as rendeiras, acreditava que a prática deveria ser preservada e que o poder público deveria amparar as rendeiras, como também acreditava que as rendas deveriam fazer parte de acervos de museus. O Museu Universitário, atualmente MARQUE,

---

<sup>146</sup> Anexo A

<sup>147</sup> “Ilha da moça faceira, da velha rendeira tradicional...” Letra de Claudio Alvim Barbosa

possui rendas de bilro em seu acervo, já realizou algumas exposições sobre a renda e também já realizou projetos e pesquisas com o objetivo de preservar a prática, assim como modelos em renda que não estavam mais sendo confeccionados.

O IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) juntamente com a IELUSC (Associação Educacional Luterana de Santa Catarina Bom Jesus) e com a Faculdade de Turismo, publicou um relatório técnico denominado "Projeto Diagnóstico Documental do Patrimônio Cultural Imaterial de Santa Catarina" em fevereiro de 2008<sup>148</sup>, com um levantamento dos bens culturais existentes no estado e também as suas referências culturais, o ofício da renda de bilro foi incluído nesse relatório.

Para que se possa preservar um bem cultural, é importante saber não apenas que ele existe, mas também se a manifestação cultural é praticada pela população local, se as pessoas têm dificuldade ou não em realizá-la, que tipos de problema a afetam, como essa tradição vem sendo transmitida de uma geração para outra, que transformações têm ocorrido, quem são as pessoas que hoje atuam diretamente na manutenção dessa tradição, entre vários outros aspectos relativos à existência daquele bem cultural.<sup>149</sup>

O Casarão da Lagoa possui desde 1987 oficinas de renda de bilro, porém foi apenas em 2010 que foi lançado o Centro de Referência da Renda de Bilro no local, em uma parceria com o Promoart. Além disso, a Fundação Cultural de Florianópolis Franklin Cascaes, em parceria com as associações de moradores de alguns bairros, incentivou a criação de oficinas de renda de bilro em outros bairros da cidade. A proposta é criar núcleos regionais de rendeiras em vários bairros ao longo da cidade, para fortalecer essa tradição que foi trazida pelos imigrantes açorianos.

---

<sup>148</sup> IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), IELUSC (Associação Educacional Luterana de Santa Catarina Bom Jesus), FACULDADE DE TURISMO. Projeto Diagnóstico Documental do Patrimônio Cultural Imaterial de Santa Catarina: Relatório Técnico. Joinville: Iphan, 2008. 57 p.

<sup>149</sup> BRAYNER, 2007.

O objetivo do Promoart em Florianópolis é incentivar a preservação da produção artesanal da renda de bilro, investindo em estratégias para evitar que essa tradição cultural desapareça. Para isso, será realizado um censo de identificação das rendeiras da cidade, e elaborado um inventário de referências culturais da renda de bilro catarinense. Também serão produzidos um documentário e um livro de fotografias sobre esse artesanato, que está presente em quase todas as comunidades do município, em especial na Lagoa da Conceição, para torná-lo mais conhecido e valorizado.<sup>150</sup>

A Fortaleza de São José da Ponta Grossa, localizada na Praia do Forte, abriga desde 1992 um espaço destinado às rendeiras, cedido pela Universidade Federal de Santa Catarina em parceria com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), onde existe uma exposição e onde rendeiras fazem a renda e também a comercializam. O espaço foi instalado onde ficava o antigo quartel da tropa na Fortaleza e é chamado atualmente de Atelier das Rendeiras.

Em Santo Antônio de Lisboa, desde 2015, na Casa de Cultura Clara Manso de Avelar, o imóvel onde era a antiga Intendência do bairro, há duas salas dedicadas às rendeiras, onde elas se reúnem para a confecção, exposição e comercialização da renda de bilro. O local está sob a coordenação da Secretaria Municipal de Cultura (SeCult), por meio da Fundação Cultural de Florianópolis Franklin Cascaes (FCFC), em parceria com a Associação de Moradores do bairro.

O projeto municipal tem como objetivo a valorização deste artesanato de tradição cultural, por meio da formação de núcleos de renda de bilro em comunidades produtoras. A iniciativa visa a incentivar o convívio social, o intercâmbio cultural e a organização das rendeiras da região, contribuindo para o fortalecimento das formas de transmissão de saberes e fazeres tradicionais

---

<sup>150</sup> Florianópolis terá programa para preservar a renda de bilro. Prefeitura de Florianópolis. Florianópolis. Disponível em:  
<<http://www.pmf.sc.gov.br/mobile/index.php?pagina=notpagina&noti=984>>.

referentes a essa produção artesanal em Florianópolis.

[...]

Formalizado pela Prefeitura em julho de 2015, o termo de permissão de uso da Casa de Cultura Clara Manso de Avelar prevê que o imóvel sediará palestras, exposições, oficinas e outras atividades voltadas à revitalização, difusão e manutenção da cultura de tradição oral, representada pela renda de bilro, boi de mamão, Pão-por-Deus, Terno de Reis e pelas festividades do Divino Espírito Santo, entre outras atividades identificadas com a cultura local. O prédio, construído no século 19, ainda deve receber algumas melhorias antes de ser totalmente ocupado.<sup>151</sup>

### 3.1.1 As leis/decretos municipais

Em Florianópolis, em novembro de 2009, foi sancionada a lei nº 8.030 de 09 de novembro de 2009 que institui o dia 21 de outubro como o dia municipal da rendeira.

O decreto nº 10.048, de 06 de junho de 2012, cria o centro de referência da renda de bilro em Florianópolis e da outras providências. O decreto tem o objetivo de apoiar a produção, promover a distribuição, comercializar e divulgar a prática da renda de bilro. O centro de referência fica sediado no Centro Cultural Bento Silvério, no bairro Lagoa da Conceição e é vinculado a Fundação Cultural de Florianópolis Franklin Cascaes (FCFFC).

Em 22 de junho de 2002 foi instituído por meio da Lei nº 12.292, que no dia 06 de janeiro seria comemorado o Dia da Cultura Açoriana em Santa Catarina. A data seria comemorada com eventos para valorizar e manter a cultura, os costumes e o folclore de origem açoriana.

---

<sup>151</sup> Santo Antônio de Lisboa ganha núcleo de Rendeiras. Prefeitura Municipal de Florianópolis. Florianópolis, 28 de março de 2016. Disponível em: <<http://www.pmf.sc.gov.br/noticias/index.php?pagina=notpagina&noti=16683>>

### 3.1.2 “Quem” salvaguarda

#### 3.1.2.1 ASSORI

Em 1968 já se objetivava a preservação da prática de renda de bilro na Ilha, uma evidência disso foi a criação da hoje extinta, Associação das Rendeiras da Ilha de Santa Catarina (ASSORI). A ASSORI foi criada pelo folclorista Doralécio Soares, que já sonhava na época em ver a tradição da renda de bilro preservada, e, além disso, continuada e valorizada.

A ASSORI tinha como objetivo valorizar, preservar e também comercializar as peças de renda confeccionadas pelas rendeiras associadas. Objetivava também conscientizar as rendeiras a uma produção qualitativa, visando a valorização das peças com o fim de exportá-las.

Durante a década de 1970, a ASSORI chegou a ter trezentas e cinquenta associadas, uma organização interna contemplada pelos departamentos de Compras, Contábil e Assistencial (que planejava a viabilidade de um Seguro de Vida em Grupo para as rendeiras) e foi reconhecida pelo Ministério da Educação e Cultura como um modelo a ser seguido para a proteção ao artesanato popular.<sup>152</sup>

Em 1956 Doralécio Soares elaborou um projeto e o apresentou ao III Congresso Brasileiro de Folclore, o conteúdo desse projeto já visava a criação de uma cooperativa de mulheres rendeiras para a produção da renda de bilro. A Associação das Rendeiras da Ilha (ASSORI) teve sua origem nesse projeto.

Em 1958, Doralécio Soares publicou um estudo sobre o risco do desaparecimento da prática da renda de bilro, e já objetivava uma estratégia de intervenção para evitar que essa prática fosse extinta. Ele

---

<sup>152</sup> HACHMANN, Juliana. Cultura popular e modernidade: a Comissão Catarinense de Folclore e as articulações com o turismo em Florianópolis (1948-1980). 2011. 94 f. TCC (Graduação) - Curso de História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011. p. 58

acreditava que as mulheres rendeiras deveriam se organizar em uma cooperativa de crédito, planejada com detalhes por ele mesmo e que contaria com o apoio governamental, para que fosse possível a sobrevivência e a convivência dessa prática com o progresso industrial.

O objetivo principal de Doralécio Soares era criar as devidas condições para que a prática da renda de bilro tivesse continuidade no mundo contemporâneo. Desse modo, o projeto constituía-se em um plano para modificar o modo de produção das rendeiras, de modo que elas obtivessem uma maior segurança financeira para que pudessem continuar desenvolvendo seu ofício. Doralécio Soares acreditava que as rendeiras poderiam ter uma remuneração melhor através da associação com uma cooperativa e, além disso, não iriam depender das intermediárias na comercialização das peças de renda de bilro.<sup>153</sup>

Durante muitos anos esse projeto não saiu do papel, porém Doralécio Soares continuou empenhado com a causa das rendeiras durante a década de 1960, tanto divulgando essa causa, quanto pesquisando o universo da renda de bilro (nomes, tipos, histórias, a dinâmica social de trabalho das rendeiras, entre outros). Entretanto, no final dos anos 60, através do Grupo de Estudos do Artesanato Sul (GEPAS), no qual Doralécio Soares fazia parte, a cooperativa ASSORI foi criada com a coordenação do próprio Doralécio Soares, em 1969. A Comissão Catarinense de Folclore (CCF) também teve um papel fundamental na criação da ASSORI.

Em 1969, a Comissão Catarinense de Folclore (CCF) organizou a I Semana Catarinense de Folclore, que contou com o patrocínio da Diretoria de Turismo e Comunicação da Prefeitura Municipal de Florianópolis (Diretur) e do Departamento Autônomo de Turismo (Deatur). Desse modo, os órgãos de turismo participaram de algumas ações organizadas pela Comissão Catarinense de Folclore (CCF), assim como a Comissão Catarinense de Folclore (CCF) participou também de alguns eventos das instituições de turismo, durante a década de 1970.

[...] como foi o caso da participação da ASSORI em uma Exposição Nacional de Artesanato em Gramado/RS em um *stand* do Deatur, da sua presença no Seminário Nacional de Turismo à convite da Secretaria Municipal de Turismo de

---

<sup>153</sup> Ibid.

São Paulo, ou da participação de Soares como palestrante em eventos de turismo.<sup>154</sup>

O turismo passou a ter importância para o funcionamento da ASSORI, pois tinha a função de mercado. Durante os anos em que a cooperativa esteve em funcionamento, essa função do turismo foi utilizada pela ASSORI. A cooperativa possuía uma loja para a venda das peças em renda localizada na Alameda Adolfo Konder, local onde os ônibus de turismo geralmente paravam após atravessarem a Ponte Hercílio Luz, assim como um local onde os turistas frequentavam, pois ficava ao lado do posto de informações turísticas da CITUR.

Assim, o sentido da articulação da cultura popular com o turismo, neste caso, estava em possibilitar o próprio funcionamento da cooperativa: a ASSORI necessita do turista pois a produção, mesmo artesanal, necessita de consumo. Sem mais possuir o seu antigo valor utilitário, a renda de bilro passou a ser valorizada enquanto objeto cultural e típico da cidade, sendo, assim, o turista um de seus principais consumidores modernos. Portanto, o turismo, enquanto principal alternativa de mercado para as rendas na modernidade, teve a função de criar as demandas que possibilitaram a continuidade da produção das rendas de bilro durante a década de 1970.<sup>155</sup>

Aos objetivos iniciais da ASSORI, foi acrescentado o resgate da produção dos tipos de rendas que estavam desaparecendo, que estavam deixando de serem produzidas devido a maior complexidade e tempo de trabalho dedicado, o que ocasionava em um aumento de preço, sendo assim mais difícil de serem comercializadas. Desse modo, as rendeiras que gostariam de participar da cooperativa deveriam se comprometer a produzir esse tipo de renda, mantendo um nível alto de qualidade na produção. Doralécio Soares esperava que as rendeiras concordassem e colaborassem com seu ideal no resgate daquilo que ele considerava como um símbolo da cultura popular local. Devido a essa condição muitas rendeiras abandonaram a cooperativa ou não se interessavam em

---

<sup>154</sup> Ibid, p. 73.

<sup>155</sup> Ibid, p. 77.

participar dela, o que foi apontado pelo próprio Doralécio Soares como um dos fatores que levou ao desgaste da ASSORI.<sup>156</sup>

Outro problema sofrido pela ASSORI foi o pouco envolvimento do poder público, segundo Doralécio Soares, a forma de garantir que continuasse existindo a produção das rendas de bilro, enquanto atividade de valor cultural, seria através de um envolvimento maior por parte do Estado.

Incluída entre o tipo de arte popular, universalmente conhecida, vem sofrendo as rendas de bilros um processamento lento de extinção decorrente da evolução sistemática que envolve as artes puramente artesanais. (...)

Resta portanto, que o poder público se conscientize disso e siga o exemplo de Estados do norte e nordeste, que chamaram a si a responsabilidade da produção artesanal, criando órgãos estatais para esse fim. Oxalá ocorra o mesmo em Santa Catarina.

Entre a tradição e o progresso, o trabalho executado pelas mãos de fada de nossas humildes rendeiras de bilros não estará preservado se o amparo oficial não lhes dispensar medidas protetoras, até com a fundação de centros profissionais e de museus de artes populares.<sup>157</sup>

Apesar de o Estado ter dado apoio no início das atividades da cooperativa, não foi o suficiente para suprir as necessidades de funcionamento e ampliação desta, isso levou Doralécio Soares, durante a década de 1970, a repetir seus pedidos públicos por um envolvimento maior do poder estatal. Segundo Doralécio Soares, foi devido ao descomprometimento do Estado e também aos interesses conflitantes entre as rendeiras e a coordenação da cooperativa, que a ASSORI cessou suas atividades no final da década de 1970.<sup>158</sup>

Porém, segundo Doralécio Soares, quando do fechamento das atividades da ASSORI, por causa do fechamento da ponte Hercílio Luz, além de outros motivos, no ano de 1975, apareceu a Fundação

---

<sup>156</sup> Ibid.

<sup>157</sup> SOARES apud HACHMANN. p. 59.

<sup>158</sup> Ibid.

Catarinense do Trabalho (FUCAT) com o Programa Catarinense de Desenvolvimento do Artesanato (PROCART) que assumiu as responsabilidades da ASSORI. Após algum tempo, por vários motivos, a ASSORI foi extinguindo-se.

### **3.1.2.2 Doralécio Soares**

Doralécio Soares nasceu em Recife (PE) em 23 de outubro de 1914 e faleceu em 30 de agosto de 2014 em Florianópolis (SC). Iniciou seus estudos com Luís da Câmara Cascudo, considerado um dos mais respeitados pesquisadores do folclore brasileiro. Veio para Florianópolis em 1936, com 22 anos de idade ajudar na implantação da Escola de Aprendizizes Artífices de Santa Catarina (atualmente Instituto Federal de Santa Catarina) e atuou por duas décadas no ensino técnico e profissionalizante como professor de Artes Gráficas, era ainda especialista em tipografia e fotografia.

Doralécio Soares era folclorista, escritor, jornalista profissional, técnico em artes gráficas e apaixonado pela cultura popular, dedicando parte da sua vida à pesquisa e a proteção do artesanato catarinense, principalmente a renda de bilro. Possuía uma grande coleção particular de rendas de bilro com mais de 200 peças, que está atualmente sob a guarda do Museu de Arqueologia e Etnologia Professor Oswaldo Rodrigues Cabral/UFSC (MARquE). Foi presidente honorário da Comissão Catarinense de Folclore e também publicou livros sobre outros costumes.

Realizou pelo IPHAN (Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) um mapeamento para identificação das rendeiras do município na década de 1970. A partir dessa pesquisa publicou seu livro “Rendas e Rendeiras da Ilha de Santa Catarina”. Criou também a extinta Associação das Rendeiras em Florianópolis (ASSORI) com o objetivo de que essa tradição fosse preservada e continuada. Em 2011, na inauguração do Casarão das Rendeiras, Centro de Referência da Renda de Bilro na Ilha, foi realizada uma homenagem pela Fundação Cultural de Florianópolis Franklin Cascaes para Doralécio Soares.

Foi presidente da Comissão Catarinense de Folclore por 29 anos (de 1970 até 1999). Pesquisou e foi autor de vários trabalhos sobre a prática da renda de bilros. Possuía uma coleção com mais de 200 peças de renda que foi adquirida pelo MARquE (Museu de Arqueologia e Etnologia Oswaldo Rodrigues Cabral) da UFSC.

No ano de 1956, Doralécio Soares, membro da Comissão Catarinense de Folclore, apresentou um estudo sobre a renda de bilro na Ilha ao III Congresso Brasileiro de Folclore, no qual considerava que essa prática estaria fadada “ao desaparecimento ou absorção pela indústria mecânica que acompanha a evolução natural do progresso”<sup>159</sup>. Doralécio Soares acreditava que seu papel, assim como o de outros folcloristas, estava claro:

Se nós, folcloristas, responsáveis pela permanência da cultura do artesanato nacional, não elaborarmos um plano de proteção à indústria **caseira** em geral, as gerações futuras perderão o elo com as artes populares a nós ainda transmitidas pelos nossos antepassados.<sup>160</sup>

Doralécio Soares foi ainda autor de vários livros, entre eles “Aspectos do Folclore Catarinense (1970), Cadernos de Folclore 27 – Boi-de-mamão catarinense (1978), Folclore Brasileiro – Santa Catarina (1979), além de várias publicações em edições do Boletim da Comissão Catarinense de Folclore (1970 – 2006).

Uma das consequências da vontade do folclorista Doralécio Soares, de ver a prática da renda de bilro ser preservada, foi a inserção de sua coleção de rendas no acervo do museu (MARquE), mostrando como essa prática se tornou um patrimônio a ser conservado e preservado.

### 3.1.2.3 MARquE

O Museu Universitário Oswaldo Rodrigues Cabral, da Universidade Federal de Santa Catarina, recebeu em 2012 o novo nome de Museu de Arqueologia e Etnologia Professor Oswaldo Rodrigues Cabral – MarquE. O MARquE fica localizado no Campus Universitário Reitor Professor David Ferreira Lima, no bairro Trindade, na cidade de Florianópolis, próximo ao Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFH), ao Núcleo de Estudos Açorianos (NEA) e ao Núcleo de Desenvolvimento Infantil (NDI).

---

<sup>159</sup> SOARES apud HACHMANN, 2011.

<sup>160</sup> Ibid, p. 50.

O museu foi fundado em 1965 e exercia inicialmente atividades como Instituto de Antropologia, alguns anos depois passou a ser conhecido como Museu de Antropologia, depois Museu Universitário, Museu Universitário Oswaldo Rodrigues Cabral, e como é conhecido atualmente Museu de Arqueologia e Etnologia/UFSC Professor Oswaldo Rodrigues Cabral (MARquE).

Atualmente o MARquE desenvolve atividades de pesquisa, ensino e extensão relativas às suas áreas de atuação: Arqueologia, Etnologia Indígena, Cultura Popular e Divisão de Museologia. O acervo do museu é composto por uma grande diversidade de materiais, sendo mantido sob cuidados especiais, essa diversidade é justificada pela forma de aquisição pela qual o acervo foi formado, na maioria dos casos por objetos provenientes de pesquisas realizadas por servidores do museu.<sup>161</sup>

Em 2012 o museu recebeu ainda um novo espaço para ações e exposições, o Pavilhão Antropólogo Sílvio Coelho dos Santos, em homenagem ao antropólogo que deu início à primeira coleção do museu. O edifício possui 1930m<sup>2</sup> e está equipado de acordo com as normas de segurança internacionais, visando também a contemplação de ações inclusivas e de acessibilidade. O novo prédio, foi inaugurado em abril de 2012 e a primeira exposição apresentada nesse novo prédio foi a exposição itinerante “Ticuna em dois tempos”.

Em sua diversidade de acervos a instituição abriga a “Coleção Professora Elisabeth Pavan Cascaes”, obra do artista Franklin Joaquim Cascaes, que faz referência ao modo de vida e à cultura do povo de descendência açoriana da Ilha de Santa Catarina.

A instituição abriga ainda uma coleção de rendas de bilro, formadas por peças que foram adquiridas pelo Professor Oswaldo Rodrigues Cabral e ainda por uma coleção mais recente de rendas do folclorista Doralécio Soares que possui mais de 200 peças em rendas de bilro. A “Coleção Doralécio Soares” foi adquirida em dezembro de 2006, através do Programa de Apoio a Entidades Culturais da Caixa Econômica Federal. O acervo conta com vários tipos de toalhas de renda, em diferentes tamanhos, formatos e pontos.

A coleção de rendas de bilro entra na coleção de cultura popular do museu, a coleção de rendas Oswaldo Rodrigues Cabral é a mais antiga e já possui a numeração e o registro no livro tomo. Essa coleção foi formada a partir de pesquisas com as comunidades litorâneas e urbanas, sobre determinados aspectos culturais, tendo como referencial

---

<sup>161</sup> MARquE. Disponível em: <<http://museu.ufsc.br/memoria/>>.

as tradições populares que remetem ao universo cultural dos descendentes de imigrantes açorianos.

Em 1986/1987 o museu criou um projeto denominado "A Renda de Bilro na ilha de Santa Catarina, sua origem e características".<sup>162</sup> Esse projeto tinha como objetivo geral estabelecer um mapeamento das rendeiras na Ilha e também coletar amostras de rendas. Os objetivos específicos eram estimular e conscientizar a população da Ilha a preservar a prática da renda, adquirir para o acervo do museu amostras de rendas consideradas antigas ou difíceis de encontrar e fornecer informações sobre esse bem cultural na Ilha. As peças de renda coletadas durante o projeto seriam catalogadas, tombadas e passariam a fazer parte do acervo do museu. E no fim seria elaborado um relatório final com as informações obtidas.

Em junho de 2007 a equipe do museu montou uma exposição denominada "Céu Estrelado"<sup>163</sup> na galeria de arte da UFSC. As peças expostas faziam parte da coleção Doralécio Soares, acervo do museu. A exposição contou também com a participação de algumas rendeiras, que fizeram uma demonstração de como são confeccionadas as rendas. Além das peças de renda de bilro, também foram expostos piques, almofadas e esculturas de rendeiras do artista Franklin Cascaes, que também fazem parte do acervo do museu.

De 23 de maio a 01 de setembro de 2013, no SESC Belenzinho (São Paulo), ocorreu a exposição "Renda Brasileira", que contou com algumas peças em renda de bilro do acervo do Marque, além de outros de tipos de rendas de diferentes regiões do Brasil.

### 3.1.2.4 Ilha Rendada

O projeto ilha rendada visa um empreendedorismo das rendas de bilro, capacitando as rendeiras da Ilha para um comércio mais justo. O

---

<sup>162</sup> Esse projeto tinha como objetivo ampliar o acervo de rendas do museu com produções confeccionadas no próprio museu pelas funcionárias rendeiras da UFSC, encontrar diferentes nomes dos pontos e das rendas utilizados na época e compará-los com o acervo que o museu possuía e ainda com as peças produzidas no museu montar uma exposição.

<sup>163</sup> Céu estrelado é o nome de uma renda.

projeto foi proposto pela Fundação de Pesquisas Socioeconômicas (FEPESE) e a iniciativa foi contemplada na Seleção Pública do Programa Petrobras Desenvolvimento e Cidadania de 2012. O planejamento foi iniciado durante o segundo semestre de 2013 e foi colocado em prática em 2014.<sup>164</sup>

As rendeiras são parte importante da cultura açoriana característica de Florianópolis, cidade que reúne o maior número de rendeiras do sul do Brasil, calculadas em torno de 250 mulheres. No entanto, a arte tem sido afetada pelo processo de globalização, com a disseminação de produtos industrializados.

A partir da década de 1980, as rendeiras começam a ver seu trabalho definhando com a concorrência dos produtos industrializados, sofrendo um declínio nas vendas. Viabilizar a comercialização da renda de bilro é importante para manter a tradição de um povo e da arte em extinção, além de gerar aumento da renda dos moradores dessas comunidades.<sup>165</sup>

Um dos fatores pelo qual o projeto foi motivado é devido ao fato da descontinuidade da prática da renda de bilro pela atual geração de filhas das rendeiras, que deixaram de seguir uma tradição familiar que existe desde o século XVIII na Ilha, e um dos motivos dessa descontinuidade foi causada pelo baixo retorno financeiro gerado no comércio da renda.

O projeto tem por objetivo além de qualificar as rendeiras para o empreendedorismo e promoção do comércio justa da renda de bilro, também alcançar e tentar despertar o interesse pela prática da renda de bilro por parte das filhas e netas das rendeiras.<sup>166</sup> O projeto também irá abranger questões de gênero feminino e das comunidades tradicionais, ou seja, as rendeiras de origem açoriana.

---

<sup>164</sup> Ilha rendada. O projeto. Disponível em:  
<<http://ilharendada.org.br/apresentacao/>>.

<sup>165</sup> Ibid.

<sup>166</sup> O projeto pretendia alcançar 125 famílias: 65 rendeiras, 40 filhas e 20 netas.

A marca “Ilha Rendada” teve sua origem no projeto “Empreendedorismo nas Rendas de bilro: formação de competências e comércio justo para as mulheres rendeiras da Ilha de Santa Catarina” que foi escolhido entre mais de 2.500 outras propostas de todo o Brasil.

O projeto ilha rendada possui pólos em Ponta das Canas, onde são atendidas aproximadamente 50 rendeiras, na Associação dos Idosos da comunidade, onde acontece o curso. Localizado na Servidão Graciliano Santos, nº 218.

Em Sambaqui, participam do curso aproximadamente 23 rendeiras, além de também atender algumas rendeiras moradoras da Praia do Forte. As aulas acontecem na Associação de Moradores do bairro, onde também pode-se comprar as peças que as rendeiras produzem. Na Praia do Forte a renda normalmente é comercializada na Fortaleza São José da Ponta Grossa, localizada na Rod. Gilson da Costa Xavier, 2990, e também em algumas lojinhas.

No Pântano do Sul, são atendidas aproximadamente 24 rendeiras e o curso acontece, na Associação de Moradores do bairro. É possível comprar as rendas na Associação onde o curso é ministrado, na Rua Abelardo Otacílio Gomes, 122.

O pólo Lagoa da Conceição/Rio Vermelho tem aulas, no LIG, no CSE da UFSC. E no Casarão Bento Silvério, localizado na Rua Henrique Veras do Nascimento, 50 (ao lado da praça), fica o pólo de comercialização.

O projeto que teve início em 2014 encerrou as atividades em março de 2016, lançando a exposição “Ilha Rendada” e o documentário “Ilha Rendada: empreendedorismo nas rendas de bilro”, como formas de lembrar as ações desenvolvidas ao longo do projeto e também dar uma maior visibilidade as rendeiras e as rendas da ilha. De acordo com a coordenadora executiva do projeto (Marilda Todescat), a iniciativa pretendeu demonstrar para a comunidade os projetos que foram desenvolvidos pela universidade e também demonstrar a importância que existe em se preservar a prática da renda de bilro.

Durante os dois anos do projeto, as rendeiras tiveram várias capacitações (aulas de empreendedorismo, comércio justo, finanças, informática, relacionamento interpessoal, saúde da mulher, design de produtos, marketing e exportação), e também realizaram algumas viagens com o intuito de divulgar a prática da renda de bilro. Apesar de o projeto ter encerrado suas atividades, a coordenadora pedagógica do projeto (Joana Stelzer) afirma que o trabalho

desenvolvido durante esse tempo terá continuidade por meio das próprias rendeiras que podem colocar em prática os conhecimentos adquiridos durante esses dois anos.

Ao final do projeto Ilha Rendada foi realizada uma exposição no Museu Histórico de Santa Catarina. A exposição teve sua abertura no dia 10 de março e iria até o dia 10 de abril, porém foi prorrogada até o dia 17 de abril de 2016. A exposição contou com fotografias e também peças em renda de bilro criadas pelas rendeiras que faziam parte do projeto.



**Figura 5 – Exposição Ilha Rendada<sup>167</sup>**

---

<sup>167</sup> Exposição destaca a prática da renda de bilro em Florianópolis. Ilha Rendada. Florianópolis. Disponível em: <<http://ilharendada.org.br/exposicao-destaca-a-pratica-da-renda-de-bilro-em-florianopolis/>>.

### 3.2 Os locais de preservação

Para apoiar a continuidade da tradição rendeira e promover o contato de moradores e turistas com essa rica expressão da cultura popular, a Fundação Franklin Cascaes e a Secretaria Municipal de Cultura têm incentivado a organização das rendeiras e o fortalecimento de núcleos produtores em parceria com outras entidades.<sup>168</sup>

---

<sup>168</sup> Anexo A



**Figura 6 – Mapa da Renda de Bilro na Ilha<sup>169</sup>**

Pode ser observado que existem ainda núcleos de rendeiras ao longo de toda a Ilha. Existem os centros de convívio, onde são realizadas atividades coletivas, onde as rendeiras se reúnem para fazer a

<sup>169</sup> Imagem folder Armazém da Renda (Prefeitura Municipal de Florianópolis) – Anexo A

renda, convivem socialmente e trocam informações e até piques entre si, esses centros estão localizados nos bairros Sambaqui (na Associação do Bairro Sambaqui), na Lagoa da Conceição (no Centro Cultural Bento Silvério, conhecido como o Centro de Referência da Renda de Bilro) e no Pântano do Sul (na Associação de Moradores do Pântano do Sul). Existem os grupos organizados de rendeiras, que se reúnem em residências para a confecção da renda, convivem socialmente e também trocam informações entre elas, esses grupos se reúnem nos bairros Ponta das Canas, na Praia do Forte, no Rio Vermelho, em Santo Antônio de Lisboa, na Costa da Lagoa, na Barra da Lagoa, no Ribeirão da Ilha e na Armação do Pântano do Sul. E existem ainda espalhados pela Ilha os núcleos familiares de rendeiras, onde as mulheres praticam a renda de bilro individualmente e em suas próprias residências.

### 3.2.1 Casarão da Lagoa (Casarão das Rendeiras)



**Figura 7 – Casarão da Lagoa<sup>170</sup>**

---

<sup>170</sup>

Imagem disponível em:  
<http://fundacaofranklincascaes.blogspot.com.br/2016/04/casarao-da-lagoa-passa-por-reformas.html>

O Centro Cultural Bento Silvério conhecido também como Casarão da Lagoa ou Casarão das Rendeiras, localizado no bairro Lagoa da Conceição, foi inaugurado em 1912 e foi tombado como patrimônio histórico a nível municipal<sup>171</sup>. O prédio possui característica arquitetônica típica do período pós-revolução industrial. O Casarão passou por uma manutenção em 1985 e passará por uma restauração em 2016. Conta também com uma biblioteca e com o prédio da Casa das Máquinas, que fica localizado atrás do Casarão.

O Casarão da Lagoa é administrado pela Secretaria Municipal de Cultura, por meio da Fundação Cultural de Florianópolis Franklin Cascaes e desde 1987 oferece oficinas de arte e educação para as comunidades de forma gratuita. Entre as oficinas oferecidas no local, está a de renda de bilro.

Na região leste da Ilha, principalmente na Lagoa da Conceição, existe uma grande concentração de mulheres rendeiras. Devido a esse fato, a oficina de renda de bilro do Casarão se destaca, além disso o local ficou conhecido como ponto de encontro de mulheres rendeiras não apenas da Lagoa da Conceição, mas também de outros bairros. A oficina é aberta também a mulheres que querem aprender a fazer a renda de bilro. “Terá ainda um local para oficinas permanentes envolvendo as rendeiras de modo a garantir o repasse de saberes tradicionais.”<sup>172</sup>

A partir da iniciativa de um projeto da Fundação Cultural de Florianópolis Franklin Cascaes (FCFFC), a Prefeitura Municipal de Florianópolis em parceria com o Programa de Promoção ao Artesanato da Tradição Cultural (Promoart), do Ministério da Cultura (MinC) e a Casa dos Açores Ilha de Santa Catarina (CAISC)<sup>173</sup> lançaram o Centro de Referência da Renda de Bilro.

---

<sup>171</sup> SEPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Município), IPUF (Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis). Florianópolis/SC: Política de Preservação do Patrimônio Cultural. Florianópolis: Sephan, 2012. 13 p.

<sup>172</sup> Florianópolis terá Centro de Referência da mulher rendeira. Prefeitura Municipal de Florianópolis. Florianópolis. Disponível em: <<http://www.pmf.sc.gov.br/noticias/index.php?pagina=notpagina&noti=1587>>.

<sup>173</sup> “A Casa dos Açores Ilha de Santa Catarina – CAISC, associação civil de caráter social, sem fins lucrativos e que tem como finalidades estatutárias resgatar, difundir e preservar a cultura de base açoriana, bem como viabilizar todas as iniciativas que promovam o seu desenvolvimento socioeconômico, educacional e cultural no estado” FIGUEIREDO, W. (Org). Desde o tempo da pomboca - renda de bilro em Florianópolis. Pesquisa e texto de Carin Heloísa

Em 2010 foi lançado oficialmente o Centro de Referência da Renda de Bilro, localizado no Centro Cultural Bento Silvério, local onde as rendeiras se reúnem para fazer a renda de bilro, vender suas peças, trocarem saberes, o local também abriga exposições e algumas rendeiras que frequentam o Casarão geralmente também são convidadas a participar de eventos, tanto na ilha quanto em outros estados do país. “A proposta é incentivar a preservação da produção artesanal da renda de bilro, investindo em estratégias para evitar que essa tradição cultural desapareça. O objetivo é tornar a atividade mais conhecida e valorizada por moradores e turistas”.<sup>174</sup>

A partir de então, com ações que envolveram oficinas de troca de saberes; intercâmbio entre rendeiras das diversas regiões tanto municipal quanto nacional, por intermédio de participação em eventos, e, em especial, com curso de gestão oferecido, a latente motivação das rendeiras tornou-se evidente, resultando na organização de pólos de rendeiras nas comunidades de Pântano do Sul e Sambaqui de forma espontânea.<sup>175</sup>

A iniciativa pretende além do apoio à produção, comercialização e distribuição, também contemplar atividades de divulgação, além do fortalecimento de políticas públicas voltadas para a valorização do processo cultural e artesanal de produção da renda de bilro.<sup>176</sup>

Além do Casarão, no bairro Lagoa da Conceição, existe um monumento de uma mulher fazendo renda, existem várias lojas que comercializam a renda de bilro, e também a avenida principal do bairro

---

Machado, Maria Armênia Mullher Wnedhausen e Wilmara Figueiredo. Rio de Janeiro: Instituto do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional (IPHAN), CNFCP, 2014. p. 23.

<sup>174</sup> Centro de Referência e Fundo de Cultura serão lançados nesta quinta-feira. Prefeitura Municipal de Florianópolis. Florianópolis. Disponível em:

<<http://www.pmf.sc.gov.br/mobile/index.php?pagina=notpagina&noti=3943>>.

<sup>175</sup> FIGUEIREDO, 2014, p. 24.

<sup>176</sup> Florianópolis terá Centro de Referência da mulher rendeira. Prefeitura Municipal de Florianópolis. Florianópolis. Disponível em:

<<http://www.pmf.sc.gov.br/noticias/index.php?pagina=notpagina&noti=1587>>.

chama-se Avenida das Rendeiras, esses são alguns exemplos de como essa prática é importante no contexto cultural do município.

Na Praça Bento Silvério na Lagoa da Conceição, há um monumento em homenagem as rendeiras, que foi inaugurado no dia 12 de dezembro de 1988, pela Prefeitura Municipal de Florianópolis e pela Fundação Cultural de Florianópolis Franklin Cascaes.

O monumento surgiu como um ícone da atividade feminina exercida por gerações de rendeiras como uma das mais importantes tradições açorianas. A questão da memória e da história constituídas pela cultura inserida no local desde a colonização açoriana, permeia as homenagens feitas até o momento.<sup>177</sup>

As rendeiras, quando perguntadas em entrevista, o que achavam do espaço dedicado a renda de bilro no Casarão da Lagoa, todas concordaram e consideraram que o espaço é de extrema importância, tanto para as rendeiras, quanto para a prática da renda de bilro em si, pois é um espaço em que elas podem se reunir, conviver, vender seus trabalhos e trocarem informações, e acreditam que é um espaço que deve ser mantido. Mesmo as rendeiras que nunca foram, ou não costumam frequentar o Casarão, acreditam que é um local importante para a reunião dos grupos de rendeiras e também para a preservação da prática e comercialização das peças.

A instalação do Centro de Referência da Renda de Bilro no Casarão da Lagoa foi importante para incentivar em outras partes da cidade a criação de núcleos e grupos, onde as rendeiras se reúnem e também a terem seus espaços de encontro, venda e troca de saberes.

As rendeiras motivadas mantêm hoje seus espaços em funcionamento comercializando seus produtos e mantendo oficinas de troca de saberes no Centro de Referência da Renda de Bilro – o Casarão da Lagoa; no espaço cedido pela Universidade Federal de Santa Catarina na Fortaleza de São José da Ponta Grossa, na Praia do Forte; no espaço cedido pela Associação de Moradores do

---

<sup>177</sup> ANGELO, 2005, p. 187

Pântano do Sul; e, no Casarão do Sambaqui, espaço cedido pela Associação do Bairro da comunidade. Torna-se essencial a continuidade e constante aperfeiçoamento dessas ações, não só para as rendeiras em si, mas principalmente pelo seu valor histórico e pelo que representam para Florianópolis.<sup>178</sup>

### 3.2.2 Largo da Alfândega e Monumento às Rendeiras (bilros no Largo da Alfândega)



**Figura 8 – Casa da Alfândega e Monumento Bilros<sup>179</sup>**

Em 1866 a alfândega que havia na cidade incendiou-se. Desse modo foi construído o prédio atual que foi inaugurado em 1876.<sup>180</sup> Em

<sup>178</sup> FIGUEIREDO, 2014, p. 24.

<sup>179</sup> Imagem disponível em: [https://www.tripadvisor.com.br/Attraction\\_Review-g303576-d8557104-Reviews-Monumento\\_as\\_Rendeiras-Florianopolis\\_State\\_of\\_Santa\\_Catarina.html#photos;geo=303576&detail=8557104](https://www.tripadvisor.com.br/Attraction_Review-g303576-d8557104-Reviews-Monumento_as_Rendeiras-Florianopolis_State_of_Santa_Catarina.html#photos;geo=303576&detail=8557104).

1964 a alfândega foi desativada em decorrência do fechamento do porto de Florianópolis. Até a década de 70, o local onde fica atualmente o largo da alfândega era banhado pelo mar, com o aterramento passou a ser um local onde os turistas costumam ir quando visitam a cidade e também ponto de encontro de moradores da ilha<sup>181</sup>. Em março de 1975 o prédio foi tombado em nível federal<sup>182</sup> e passou pela sua primeira restauração nos anos de 1977 à 1979.

O prédio pertence à União, mas foi cedido ao Estado de Santa Catarina para ser utilizado para finalidades culturais. Atualmente o prédio abriga a 11ª Superintendência Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e também uma feira de artesanato onde vários produtos são comercializados no local, entre esses produtos, encontra-se também a renda de bilro.

A Casa da Alfândega abriga, desde 1988, o projeto Galeria do Artesanato. O objetivo do projeto é efetuar o resgate visando à continuidade do artesanato de Santa Catarina por meio da comercialização. A grande preocupação e principal meta da Fundação Catarinense de Cultura é a preservação do artesanato de base cultural na valorização do saber fazer do povo catarinense.<sup>183</sup>

Em frente à antiga casa da alfândega fica localizado o Monumento às Rendeiras, que é composto por vários bilros gigantes. Esse monumento fez parte de um projeto de reurbanização do Largo da

<sup>180</sup> O prédio possuía a finalidade de abrigar a Alfândega da cidade, ou seja, vistoriar as mercadorias e bagagens em trânsito no porto, assim como também cobrar direitos de entrada e saída  
<<http://www.fcc.sc.gov.br/casadaalfandega//pagina/4469/historico>>.

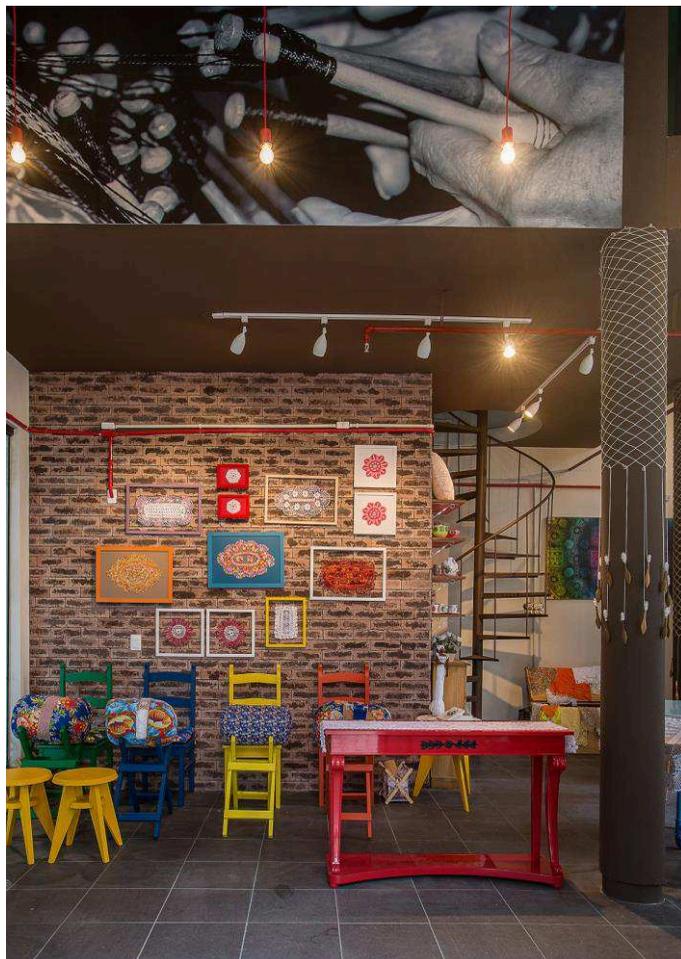
<sup>181</sup> Casa da Alfândega – Histórico. Fundação Catarinense de Cultura. Florianópolis. Disponível em:  
<<http://www.fcc.sc.gov.br/casadaalfandega//pagina/4469/historico>>.

<sup>182</sup> SEPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Município), IPUF (Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis). Florianópolis/SC: Política de Preservação do Patrimônio Cultural. Florianópolis: Sephan, 2012. 13 p.

<sup>183</sup> Casa da Alfândega – Histórico. Fundação Catarinense de Cultura. Florianópolis. Disponível em:  
<<http://www.fcc.sc.gov.br/casadaalfandega//pagina/4469/historico>>.

Alfândega realizado pela Prefeitura Municipal de Florianópolis. Não foi possível identificar a data em que o monumento foi inaugurado, no largo da alfândega existe uma placa, com a data de dezembro de 2004, possivelmente a data em que o monumento foi instalado no local.

### **3.2.3 Mercado Público (Armazém da Renda)**



**Figura 9 – Armazém da Renda (Box nº 78 do Mercado Público da Cidade)<sup>184</sup>**

Em junho de 2015, a renda de bilro ganhou um espaço no box 78 da ala norte do Mercado Público de Florianópolis. O Armazém da Renda foi criado pela Secretaria Municipal de Cultura, e é considerado um centro de referência da renda de bilro na Ilha. O objetivo do espaço é

<sup>184</sup> Imagem disponível em:

<<http://wp.clicrbs.com.br/missaocasa/2015/11/16/mostra-casacia-e-retrospectiva-no-missao-casa-de-hoje/?topo=35,2,18,,77>>.

divulgar e valorizar a prática da renda de bilro, para isso, ele contará com exposições, acervo audiovisual e oficinas demonstrativas de renda. O espaço reuniu trabalhos de aproximadamente 300 rendeiras de várias partes da Ilha e as peças em rendas de bilro serão comercializadas no local.

Além da venda das peças em renda de bilro, o espaço possuirá também uma exposição com fotos e informações sobre os aspectos históricos e culturais dessa prática. Também haverá oficinas de renda de bilro para quem tem interesse em aprender.

O Armazém da Renda tem como objetivo além de valorizar a prática da renda de bilro, valorizar também as rendeiras, e incentivar o convívio social e o intercâmbio cultural entre elas. A iniciativa objetiva o fortalecimento das formas de transmissão dos saberes e fazeres tradicionais referentes a prática da renda de bilro.<sup>185</sup>

O espaço possui almofadas e caixotes, onde voluntários passam algumas horas do dia fazendo a renda de bilro no local. Para as rendeiras, preservar a prática da renda de bilro é também preservar uma parte da história da cidade de Florianópolis.

Aspectos históricos e culturais envolvendo a atividade rendeira serão apresentados em exposição permanente no Armazém da Renda, por meio de painéis informativos que apresentam a dinâmica da produção, desde a coleta e beneficiamento da matéria prima para fazer os bilros, a almofada e o caixote, até os tipos de rendas e pontos mais comuns no feitiço de toalhas, roupas, trilhos e peças em metro. No local, o visitante também poderá ver algumas rendeiras produzindo e adquirir produtos feitos ao vivo pelas próprias artesãs ou nos núcleos formados nas comunidades.<sup>186</sup>

---

<sup>185</sup> Renda de Bilro ganha espaço no Mercado Público. Prefeitura Municipal de Florianópolis. Florianópolis, 29 de julho de 2015. Disponível em: <<http://www.pmf.sc.gov.br/entidades/cultura/?pagina=notpagina&menu=&noti=14846>>.

<sup>186</sup> Armazém da Renda é inaugurado no Mercado Público. Prefeitura Municipal de Florianópolis, 30 de julho de 2015. Disponível em: <<http://www.pmf.sc.gov.br/mobile/index.php?pagina=notpagina&noti=14871>>.

Durante os últimos anos, percebe-se que há um aumento do interesse por parte do poder público em criar ações para preservar a prática da renda de bilro e valorizar as rendeiras. Iniciativas como a instalação do Centro de Referência da Renda de Bilro na Lagoa da Conceição, do Armazém da Renda, do espaço dedicado a renda na Fortaleza de São José da Ponta Grossa, dos núcleos de rendeiras em vários outros bairros ao longo da Ilha, da participação de rendeiras em eventos pelo país e também as oficinas oferecidas para quem gostaria de aprender o ofício são exemplos disso.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O incentivo para o presente trabalho partiu do pressuposto dos folcloristas de que a renda de bilro praticada em Florianópolis estaria fadada ao desaparecimento. Porém contrariando essa previsão, a renda continua sendo praticada atualmente, apesar da diminuição de pessoas que a praticam muitas mulheres ainda se dedicam a renda ao longo da ilha, assim como também em outros lugares do Brasil.

Florianópolis é a cidade onde está reunida a maior concentração de rendeiras do sul do Brasil. A renda de bilro chegou na Ilha com as famílias açorianas que vieram para garantir o território da Coroa Portuguesa por volta do século XVIII. É possível identificar a influência cultural dos imigrantes açorianos até os dias de hoje, não apenas na renda de bilro, mas também em outros aspectos.

Nota-se que atualmente as mulheres que fazem renda tem entre 50 e 90 anos. Porém nem todas continuaram sempre na renda, muitas aprenderam quando crianças, porém não praticavam, pois conseguiam empregos e passavam anos sem fazer renda e voltavam apenas quando se aposentavam. Talvez esse possa ser o novo “cenário” da renda de bilro na Ilha, ao invés de as meninas fazerem a renda como um auxílio financeiro para ajudar nas despesas da casa, as mulheres fazerem rendas após se aposentarem e como uma forma de entretenimento e lazer ou até como forma de terapia, como algumas rendeiras afirmam. Percebeu-se que com todas as mudanças, a renda voltou a ser o que era antigamente. Inicialmente era feita por lazer, depois como complemento financeiro e atualmente ela volta a ser feita por lazer.

Como foi possível perceber, a renda de bilro foi importante para auxiliar no sustento de muitas famílias. Além de também possuir um importante papel na socialização das mulheres que a praticavam e das que ainda praticam.

Devido ao turismo, algumas mudanças ocorreram na renda de bilro, como sua utilização e aplicação, porém ao mesmo tempo em que o turismo ocasionou mudanças, também foi importante para a permanência dessa prática.

Atualmente muito do que se encontra sobre a renda de bilro e as rendeiras está relacionado principalmente ao turismo. As informações fornecidas visam em sua maior parte ao turismo, sendo assim, muitas

histórias e alguns fatos que poderiam ser considerados importantes, acabam não sendo divulgados ou documentados.

Apesar de todas as mudanças sofridas, a renda de bilro continuou sendo importante para o município, exemplos disso são os monumentos em homenagens às rendeiras e também espaços destinados a sua continuidade, divulgação e preservação.

O patrimônio cultural é composto pelos bens culturais considerados mais importantes pelas pessoas de uma comunidade, que também são representativos de sua história, cultura e identidade. Os significados e os valores que as pessoas atribuem a esses bens culturais são fundamentais para que esse bem seja considerado como patrimônio cultural. O patrimônio cultural é resultado de uma escolha das comunidades que tem a participação do governo na criação de leis e ações para preservar esses bens.

Os valores e os significados atribuídos aos bens culturais podem se transformar ao longo do tempo, assim como também podem variar de uma comunidade para outra. Apesar dos significados diferentes que um bem cultural pode possuir, é considerado como patrimônio cultural o que um grupo social reconhece como referência de sua história, de sua cultura e que está presente nas memórias das pessoas do local.

Existem os patrimônios culturais de natureza material e de natureza imaterial, como já foi visto. É possível encontrar representado na renda de bilro o patrimônio imaterial, ou seja, em seu saber fazer, mas também o patrimônio material, devido ao seu suporte tangível.

A partir do momento em que a renda de bilro é considerada por algumas comunidades como parte importante e integrante de sua história, de sua cultura e de sua identidade, surge a ideia de considerá-la como patrimônio cultural da cidade. Resta então preservar e continuar essa prática que foi importante para muitas famílias da cidade ao longo dos anos, e que se transformou em uma tradição.

Durante os últimos anos, percebe-se que houve um aumento do interesse por parte do poder público em criar ações para preservar a prática da renda de bilro e valorizar as rendeiras. Iniciativas como a instalação do Centro de Referência da Renda de Bilro na Lagoa da Conceição, do Armazém da Renda, do espaço dedicado a renda na Fortaleza de São José da Ponta Grossa, dos núcleos de rendeiras em vários outros bairros ao longo da Ilha, da participação de rendeiras em eventos pelo país e também as oficinas oferecidas para quem gostaria de aprender o ofício são exemplos disso. Com as novas iniciativas e

incentivos de preservação, pode ser que a prática da renda ainda passe por algumas mudanças ao longo dos anos sem necessariamente desaparecer.

A prática da renda de bilro já vem sendo estudada e preservada há algumas décadas, em consequência disso, para preservar e conservar essa prática, algumas peças são mantidas no museu. Acredita-se ainda que a prática da renda é uma referência cultural para a cidade.

O presente trabalho não pretendia de forma alguma esgotar as discussões acerca da prática da renda de bilro, até porque esse assunto pode ser pesquisado e abordado por diferentes temas. E também não foi possível abordar as formas de como todas as rendeiras da região observam e consideram esse assunto.

Por fim, acredito que a renda de bilro é considerada como patrimônio cultural de Florianópolis não apenas pelo IPHAN, que a reconheceu como tal, mas também por pessoas de comunidades localizadas ao longo da Ilha de Florianópolis que a consideram como sendo importante para a história da cidade, que faz parte de suas identidades e que está presente em suas memórias, além de ser considerada uma tradição que deve ser preservada.

## REFERÊNCIAS

ANGELO, Elis Regina Barbosa. Tecendo Rendas: Gênero, cotidiano e geração Lagoa da Conceição - Florianópolis - SC. 2005. 249 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

\_\_\_\_\_. O “saber-fazer” rendas de bilros: as ressignificações do processo na Lagoa da Conceição em Florianópolis. Fortaleza, 2013. Revista de História. v. 1. n. 1. p. 11-27.

ARANTES, Antônio A. Arantes Neto. Patrimônio Imaterial e referências culturais. Rio de Janeiro: Revista Tempo Brasileiro, out./dez, nº 147, pp. 129-139, 2001.

BARRETO, Hélia Maria de Paula. ARTESE: um estudo das relações entre o Governo e o Artesanato. Monografia de conclusão de curso de especialização. São Cristóvão: UFS. 1983.

BECK, Anamaria, et al. Trabalho limpo: a renda de bilro e a reprodução familiar. Florianópolis: UFSC, Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Extensão, 1983. 30p. (Anhatomirim, 4)

BECKER, M. Nair. Rendas: Manual de Tecnologia, Rio de Janeiro: MEC, 1955.

BONATELLI, Maria Jose. As rendas. Florianópolis: Faculdade Catarinense de Filosofia, 1956.

BRAYNER, Natália Guerra. Patrimônio Cultural Imaterial: para saber mais. Brasília, IPHAN, p. 32, 2007.

BRUSSI, Júlia Dias Escobar. Da “renda roubada” à renda exportada: a produção e a comercialização da renda de bilros em dois contextos cearenses. 2009. 145 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Antropologia Social, Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

CHOAY, Françoise. A alegoria do patrimônio. 3. ed. São Paulo: Estação Liberdade, UNESP, 2006.

CHUVA, Márcia (Org.). Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Brasília: Iphan, v. 34, 2012. 450p.

DAHER, Andrea. Objeto cultural e bem patrimonial: Representações e práticas. In. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Brasília, n. 34, 2012, p.113-130.

DIVISÃO DE FOLCLORE (Rio de Janeiro). As Guardiãs da Renda: Rendeiras de Bilro no Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Iphan, 1978. 48 p.

DRUMOND, Terezinha B. P. Tecendo vidas: cultura e trabalho das rendeiras da Prainha de Aquiraz-Ce. Fortaleza, 2006. Dissertação (Mestrado em História Social). UFC.

FIGUEIREDO, Wilmara (Org). Desde o tempo da pomboca - renda de bilro de Florianópolis. Rio de Janeiro: IPHAN/CNFCP, 2014, 164 p.

FLEURY, Catherine Arruda Ellwanger. Renda de bilros, renda da terra, renda do Ceará: a expressão artística de um povo. Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado em Artes Visuais. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2000.

FONSECA, Maria Cecília Londres. O Patrimônio em Processo: trajetória da Política Federal de Preservação no Brasil, 2 ed. ver ampl. Rio de Janeiro: Editora UFRG; MinC – Iphan, 2005, 296p.

\_\_\_\_\_. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs.). Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 56

FUNDAÇÃO NACIONAL DE ARTE. Artesanato brasileiro rendas.. Rio de Janeiro: [s.n.], 1981.

FUNDAÇÃO NACIONAL DE ARTE. Rendas da Ilha de Santa Catarina. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1986.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. In. ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs.). Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, pp.25-33, 2003.

\_\_\_\_\_. Monumentalidade e cotidiano: Os patrimônios culturais como gênero do discurso. In. OLIVEIRA, Lucia Lipp (Org.) Cidade: História e Desafios. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002.

\_\_\_\_\_. “Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios”. In: Horizontes Antropológicos. Revista do PPGAS da UFRGS. vol. 11, n.º 23, jan-jun de 2005 [Arquivo eletrônico: <http://www.scielo.br/pdf/ha/v11n23/a02v1123.pdf>].

\_\_\_\_\_. Antropologia dos Objetos: Coleções, Museus e Patrimônios. Rio de Janeiro: Editora Garamond Ltda, 2007. 256p.

HACHMANN, Juliana. Cultura popular e modernidade: a Comissão Catarinense de Folclore e as articulações com o turismo em Florianópolis (1948-1980). 2011. 94 f. TCC (Graduação) - Curso de História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000. p. 103-133.

\_\_\_\_\_. A identidade cultural na pós-modernidade. Tradução Tomaz Tadeu da Silva; Guacira Lopes Louro. 7 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), IELUSC (Associação Educacional Luterana de Santa Catarina Bom Jesus), FACULDADE DE TURISMO. Projeto Diagnóstico Documental do Patrimônio Cultural Imaterial de Santa Catarina: Relatório Técnico. Joinville: Iphan, 2008. 57 p.

LEITE, Rogério Proença. Modos de Vida e Produção Artesanal: entre preservar e consumir. IN: Olhares Intinerantes reflexões sobre o artesanato e consumo da tradição. São Paulo: Cadernos Artesol 1, Central Artesol, 2003.

LONDRES, Cecília (org.). Revista Tempo Brasileiro n. 147: Patrimônio Imaterial. Rio de Janeiro, out./dez., 2001.

MAGALHÃES, Fernando. Entre o ser e o sentir: como definir identidade. In. Museus, Patrimônio e Identidade: Ritualidade, Educação, Conservação, Pesquisa, Exposição. Porto: Profedições, 2005. p. 27-50.

MAIA, Isa. O Artesanato da Renda no Brasil. João Pessoa, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa. Editora Universitária, 1980.

\_\_\_\_\_. Artesanato Brasileiro: rendas. Rio de Janeiro: FUNARTE, 1981.

NAZZARI, Muriel. O Desaparecimento do Dote: mulheres, famílias e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600-190. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

OITICICA, Francisco de Paula Leite. A arte da renda no Nordeste. Recife: Boletim do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1966.

OLIVEIRA, Márcia P. de. Coleção Luíza Ramos: um nordeste imaginado em rendas. Rio de Janeiro, 2014. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio). UNIRIO.

PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo; FUNARI, Pedro Paulo Abreu. O que é patrimônio cultural imaterial. São Paulo: Brasiliense, 2008. 116p.

PINTO, Eduardo. et al. As Guardiãs da Renda: coisas nossas. Rio de Janeiro: FUNARTE, 1978. 15p.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

PREFEITURA DE FLORIANÓPOLIS. Armazém da Renda. Secretaria Municipal de Cultura. Florianópolis. 2015. Folder.

RAMOS, Luiza e Arthur. A Renda de Bilros e a sua aculturação no Brasil. Rio de Janeiro: Publicações da Sociedade Brasileira de Antropologia e Etnologia, 1948.

SAHLINS, Marshall. Cultura e Razão Prática. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

SOARES, Doralécio. Do artesanato e a sua proteção: rendas da Ilha de Santa Catarina. Florianópolis: Empresa Gráfica Grajau, 1957. Não paginado.

\_\_\_\_\_. Aspectos do folclore catarinense. Florianópolis: Edição do Autor, 1970. 119p.

\_\_\_\_\_. Rendas e rendeiras da Ilha de Santa Catarina. Florianópolis: FCC, 1987. 79 p.

WALDECK, Guacira. Rendas nas terras de Canaan. Rio de Janeiro: IPHAN, 2011. 40p.

ZANELLA, Andrea Vieira. O ensinar e o aprender a fazer renda de bilro : estudo sobre a apropriação da atividade na perspectiva historico-cultural. 1997. 160f. Tese (Doutorado) - Pontificia Universidade Catolica de São Paulo.

ZANELLA, Andréa Vieira; BALBINOT, Gabriela; PEREIRA, Renata Susan. Re-criar a (na) Renda de Bilro: Analisando a Nova Trama Tecida. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, Porto Alegre, v. 3, n. 13, p.539-547, ago. 2000.

### **Leis e Decretos**

Constituição da República Federativa do Brasil 1988

Decreto Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Presidência da República

Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000. Presidência da República

Lei nº 8.030 de 09 de novembro de 2009. Câmara Municipal de Florianópolis

Decreto nº 10.048, de 06 de junho de 2012. Prefeitura Municipal de Florianópolis

Lei nº 12.292 de 22 de junho de 2002. Governo do Estado de Santa Catarina

### **Sites**

IPHAN. <<http://portal.iphan.gov.br/>>.

Documentário Ilha Rendada. Direção: Aureo Mafra de Moraes, Produção: Denise Aparecida Bunn. Florianópolis, 2016. Documentário, 23 min. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=B1Uf4Mi\\_qng](https://www.youtube.com/watch?v=B1Uf4Mi_qng)>

PEREIRA, Moacir, A morte do folclorista Doralécio Soares. *Clic RBS*, 30 de agosto de 2012. Disponível em: <<http://wp.clicrbs.com.br/moacirpereira/2012/08/30/a-morte-do->

folclorista-doralecio-soares/?topo=67,2,18,,,67> Acesso em: 01 de dezembro de 2014.

MArquE. Memória. Disponível em: <<http://museu.ufsc.br/memoria/>> Acesso em: 01 de dezembro de 2014.

Mostra de rendas de bilro pode ser visitada até 27 de julho. Notícias UFSC. Florianópolis, 26 de junho de 2007. Disponível em: <<http://noticias.ufsc.br/2007/06/mostra-de-rendas-de-bilro-pode-ser-visitada-ate-27-de-julho/>> Acesso em: 01 de dezembro de 2014.

Rendeiras conquistam autonomia e ponto de venda no Mercado Público. Ilha Rendada. Florianópolis. Disponível em: <<http://ilharendada.org.br/rendeiras-conquistam-autonomia-e-ponto-de-venda-no-mercado-publico/>>.

Casarão da Lagoa passa por reformas. Fundação Cultural de Florianópolis Franklin Cascaes. Florianópolis, abril de 2016. Disponível em: <<http://fundacaofranklincascaes.blogspot.com.br/2016/04/casarao-da-lagoa-passa-por-reformas.html>>.

As rendeiras do Centro Cultural Bento Silvério. Ilha Rendada. Florianópolis. Disponível em: <<http://ilharendada.org.br/as-rendeiras-do-centro-cultural-bento-silverio/>>.

Rendas da Ilha expostas em evento nacional de artesanato. Ilha Rendada. Florianópolis. Disponível em: <<http://ilharendada.org.br/rendas-da-ilha-serao-expostas-em-evento-nacional-de-artesanato/>>

Dia da Rendeira será comemorado com lançamento de livro e apresentação cultural. Ilha Rendada. Florianópolis. Disponível em: <<http://ilharendada.org.br/dia-da-rendeira-sera-comemorado-com-lancamento-de-livro-e-apresentacao-cultural/>>

Casarão Bento Silvério, na Lagoa, mantém atrações culturais e artísticas à população. Notícias do Dia. Florianópolis, 13 de setembro de 2014.

Disponível em: <<http://ndonline.com.br/florianopolis/noticias/197417-casarao-historico-da-lagoa-mantem-atracoes-culturais-e-artisticas-a-populacao.html>>

Casa da Alfândega de cara nova. Fundação Catarinense de Cultura. Florianópolis, 2008. Disponível em: <<http://www.fcc.sc.gov.br/pagina/7226/casadaalfandegadecaranova>>.

Casa da Alfândega – Histórico. Fundação Catarinense de Cultura. Florianópolis. Disponível em: <<http://www.fcc.sc.gov.br/casadaalfandega/pagina/4469/historico>>.

Renda de Bilro ganha espaço no Mercado Público. Prefeitura Municipal de Florianópolis. Florianópolis, 29 de julho de 2015. Disponível em: <<http://www.pmf.sc.gov.br/entidades/cultura/?pagina=notpagina&menu=&noti=14846>>.

Armazém da Renda é inaugurado no Mercado. Prefeitura Municipal de Florianópolis. Florianópolis, 30 de julho de 2015. Disponível em: <<http://www.pmf.sc.gov.br/noticias/index.php?pagina=notpagina&noti=14872>>.

Centro de Referência e Fundo de Cultura serão lançados nesta quinta-feira. Prefeitura Municipal de Florianópolis. Florianópolis. Disponível em: <<http://www.pmf.sc.gov.br/mobile/index.php?pagina=notpagina&noti=3943>>.

Armazém da Renda busca preservar a cultura de Florianópolis. Cotidiano UFSC. Florianópolis, 15 de outubro de 2015. Disponível em: <<http://cotidiano.sites.ufsc.br/armazem-da-renda-busca-preservar-a-cultura-de-florianopolis/>>.

Florianópolis terá Centro de Referência da Mulher Rendeira. Prefeitura Municipal de Florianópolis, 30 de abril de 2010. Disponível em: <<http://www.pmf.sc.gov.br/noticias/index.php?pagina=notpagina&noti=1587>>.

Santo Antônio de Lisboa ganha núcleo de Rendeiras. Prefeitura Municipal de Florianópolis. Florianópolis, 28 de março de 2016. Disponível em: <<http://www.pmf.sc.gov.br/noticias/index.php?pagina=notpagina&noti=16683>>.

Florianópolis terá Centro de Referência da mulher rendeira. Prefeitura Municipal de Florianópolis. Florianópolis. Disponível em: <<http://www.pmf.sc.gov.br/noticias/index.php?pagina=notpagina&noti=1587>>.

Florianópolis terá programa para preservar a renda de bilro. Prefeitura de Florianópolis. Florianópolis. Disponível em: <<http://www.pmf.sc.gov.br/mobile/index.php?pagina=notpagina&noti=984>>.

Patrimônio Imaterial. IPHAN. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/234>>.

## APÊNDICE A

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E  
ESCLARECIDO

Esta pesquisa trata-se de um Trabalho de Conclusão de Curso, sobre a prática renda de bilro em Florianópolis, está sendo desenvolvida pela aluna de graduação Geovana Alves da Luz, do curso de Bacharelado em Museologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Quaisquer dúvidas referentes à pesquisa poderão ser esclarecidas através dos telefones: 48 32848008 / 48 84553635 ou e-mail: geovana\_sc@hotmail.com.

O objetivo geral do trabalho é: considerando o desaparecimento da prática da renda de bilro na Ilha de Santa Catarina, apresentar atualmente, as formas de resistência e tentativas de preservação, apropriação e reivindicação de identidades, a partir de uma pesquisa realizada sobre essa prática, relacionando-a com a questão do patrimônio cultural e na formação de identidades.

A participação envolve uma entrevista que é voluntária, cabendo ao entrevistado a opção de desistir a qualquer momento bem como se recusar a responder a qualquer questão. E a autorização para apresentar os resultados da entrevista no citado trabalho de conclusão de curso. Na publicação dos resultados da pesquisa, se for da vontade do entrevistado, sua identidade será mantida no mais rigoroso sigilo.

Mesmo o entrevistado não sendo beneficiado diretamente em participar, indiretamente estará contribuindo para a compreensão do objeto estudado.

Diante do exposto, eu, \_\_\_\_\_, CPF: \_\_\_\_\_, estou ciente da necessidade de uso do meu depoimento e concordo em participar, como voluntário (a) do estudo, e autorizo a publicação dos resultados no citado trabalho de conclusão de curso.

---

Assinatura

Florianópolis, \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015.

**APÊNDICE B – Roteiro para Entrevista<sup>187</sup>**

1. Nome?
2. Onde nasceu?
3. Mora há quanto tempo aqui (caso não seja da ilha)?
4. Com que idade aprendeu a fazer a renda de bilro?
5. Aprendeu com quem? Teve dificuldades em aprender?
6. Já ensinou alguém?
7. Mais alguém em sua casa faz renda de bilro?
8. Quais os dias da semana em que faz renda? (apenas nos dias de curso? pratica em casa?)
9. Trabalha?
10. Tem preferência em fazer a renda de bilro em alguma época do ano?
11. Quais os instrumentos utilizados para fazer a renda? São todos seus? Se sim, como adquiriu? Quem fez os instrumentos?
12. Qual o tipo de linha mais utilizado? E qual a cor mais utilizada da linha?
13. Ainda faz a renda com linha fina?
14. Qual mais gosta de fazer? Por quê?
15. Houve mudanças na renda de bilro? Lembra de alguma? Quais?
16. Faz a renda para vender ou apenas como entretenimento? Ou os dois?
17. Se vende, vende para quem?
18. Acha que o valor é compatível com o trabalho? É valorizado?
19. Tem idéia de quantas rendeiras tem na região?
20. Acredita que a renda de bilro vai desaparecer?
21. Acha que a prática da renda de bilro deve ser preservada? Por quê?
22. Conhece o Casarão da Lagoa (Casarão das Rendeiras)? Acha o espaço importante?

---

<sup>187</sup> Baseado no roteiro de entrevista de BECK, Anamaria, et al. Trabalho limpo: a renda de bilro e a reprodução familiar. Florianópolis: UFSC, Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Extensão, 1983. 30p. (Anhatomirim, 4)

## ANEXO A – Folder de divulgação do “Armazém da Renda” (novo espaço destinado à renda de bilro no Mercado Público de Florianópolis)

**ARMAZÉM DA RENDA**

**TRADIÇÃO & ARTE**  
em novo espaço na cidade

**VALORIZANDO A TRADIÇÃO RENDEIRA**

A produção da renda de bilro, tão difundida em Florianópolis nos séculos 18 e 19, passou por períodos de crise que ameaçaram a continuidade da tradição. O surgimento das rendas industrializadas e a entrada de outros rendados no mercado local, oferecendo produtos mais baratos, contribuíram para a retração da atividade no século 20. Além desses fatores, havia também o desinteresse de mulheres mais jovens em seguir o ofício, atraídas por profissões “mais lucrativas” vinculadas a outros setores.

Exposição no Salão do Artesão Popular (SAP) Foto: Divulgação

Preocupada com esse panorama, na década de 1990, a Fundação Cultural de Florianópolis Franklin Cascaes iniciou ações para valorização desse artesanato de referência cultural, promovendo oficinas para transmissão de saberes tradicionais e incentivando a criação de grupos de convívio social entre as rendeiras. Algumas atividades continuam ocorrendo no Centro Cultural Bento Silvério/CCFC, mais conhecido como Casarão da Lagoa, na Lagoa da Conceição.

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA  
FUNDAÇÃO CULTURAL DE FLORIANÓPOLIS FRANKLIN CASCAES  
Centro Executivo Mauro Ramos - 2ª e 3ª andar  
Avenida Mauro Ramos nº 224 / Centro - (41) 3221-1415  
[www.pmf.sc.gov.br/centrodeocultura](http://www.pmf.sc.gov.br/centrodeocultura)

## ONDE HÁ REDE, HÁ RENDA

A renda de bilro no Brasil é uma das mais ricas expressões da cultura popular, com forte presença na região nordeste e no sul do país, especialmente em Santa Catarina. A técnica surgiu na Europa, no século 15, difundindo-se na Bélgica, Itália, França e, posteriormente, em Portugal e no Arquipélago dos Açores. Produzida inicialmente para adornar as alfaias das igrejas e o vestuário da nobreza, a arte do rendado logo foi absorvida por outras camadas da população. No século 18, a renda foi introduzida em solo catarinense pelos portugueses, imigrantes dos Açores, que chegaram a partir de 1748 em busca de melhores condições de vida.



Comércio no Mercado Público de Florianópolis, século 19. Foto: Arquivo da Casa da Memória

Na antiga Desterro (atual Florianópolis, capital do estado de Santa Catarina), a técnica de tramar os fios foi integrada à rotina dos açorianos, que encontraram na agricultura, no artesanato e na pesca as principais fontes de subsistência. Enquanto os homens passavam longos períodos no mar, em busca dos peixes que abasteciam o mercado local, as mulheres cuidavam dos afazeres domésticos e vendiam ou trocavam seus produtos nos armazéns da cidade para ajudar no sustento familiar.

Eles fabricavam as tarrafas e redes de pesca que garantiam a sobrevivência da família e elas, no tempo livre, teciam em almofadas de bilro as rendas que enfeitavam a casa e o enxoval das moças. Assim, a tradição cultural passada de mãe para filha contribuiu para a origem do ditado popular que diz: "onde há rede, há renda".

As nossas rendeiras mais antigas contam que a técnica de tramar os fios era ensinada desde cedo, assim que as meninas chegavam aos seis ou sete anos de idade. Nos encontros entre amigos ou familiares, as mulheres transmitiam seus saberes, trocavam conselhos e novos pontos de renda, além de compartilhar histórias de vida – prática que ainda é mantida pelas artesãs.



Foto: Eduardo Marques / 11.146 (Categoria Profissional) - 4ª Maratona Fotográfica de Florianópolis - 2016



Em alguns bairros há horários fixados para

Foto: Dove Oliveira

Cantos de trabalho (como a ratoeira) são costumes antigos que até hoje embalam o ofício das rendeiras. A cantoria consiste em versos e rimas feitos de improviso, com participação de várias pessoas, para expressar sentimentos diversos (amor, satisfação, raiva, tristeza e inveja).



Foto: Arquivo da Casa da Memória

## PRODUÇÃO DA RENDA

**Os bilros** - Assim como a agulha é fundamental para o bordado, na arte do rendar não pode faltar o bilro. Com cerca de 13 centímetros de comprimento, a peça de madeira é uma espécie de bobina onde é enrolada a linha de algodão usada para fazer as tramas. Manuseados em pares, quando batem um no outro, produzem um som bastante peculiar.



Foto: Mauro Vaz

**O caixote** - No passado, as rendeiras costumavam sentar-se ao chão para fazer a renda de bilro, com almofadas apoiadas nas pernas ou sobre caixotes de frutas vazias. Atualmente, as almofadas de bilro são colocadas sobre caixotes de madeira, com altura suficiente para que as artesãs trabalhem sentadas em cadeiras ou poltronas.



Foto: Acervo da Casa da Memória

**A almofada** - As rendas de bilro de Florianópolis são feitas sobre almofada com tecido de algodão, costurado em formato cilíndrico, formando um saco. Nele, as rendeiras colocam capim colchão, barba de velho, serragem ou palha de bananeira como recheio.



**O pique** - Molde ou gabarito do produto a ser confeccionado, o pique é feito com papelão grosso comprado em metro nas papelarias, ou reaproveitado de caixas vazias. Preso à almofada com alfinetes, ele garante a variedade de formas e tamanhos das rendas e ajuda a fixar os alfinetes que servirão como guias para as laçadas das linhas.



**A renda** - Uma das características que diferencia a renda de bilro das demais modalidades de bordado é que nela os pontos são feitos no ar, sem um tecido como base. Manuseando os bilros aos pares, de um lado para outro, as rendeiras entrelaçam as linhas e formam os desenhos sobre o cilindro de pano. Fazer toalhas, trilhos de mesa, guardanapos, ou rendas em metro para enfeitar bordas de tecidos, e roupas, é um trabalho delicado e demorado, que às vezes leva muitos dias para ser concluído.



Renda Maria Morena

Renda Cocada



Renda Tramola

Renda Maria Morena



Pontos com perna-cheta

Renda Tradicional

Entre os tipos produzidos em Florianópolis, destacam-se as rendas Maria Morena, Tradicional, Céu Estrelado, Cocada, Margarida, e Tramola - a única que é feita com sete pares de bilro. Produzida com dois modelos de linha, uma fina e uma mais grossa, a tramola é considerada a renda típica local, sendo mais comum na Lagoa da Conceição, Ribeirão da Ilha, Armação e Pantano do Sul.

Fotos das rendas e piques: Jairo César de Araújo



Trabalho de Conclusão de Curso de  
Graduação em Museologia do Centro de  
Filosofia e Ciências Humanas da  
Universidade Federal de Santa Catarina,  
como requisito parcial para obtenção do  
grau de Bacharel em Museologia

Orientadora: Luciana Silveira Cardoso

Florianópolis, 2016